

Sumário

Número de notícias: 34 | Número de veículos: 30

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Sonegação e inadimplência vão cair após reforma, promete Appy 4

JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - ECONOMIA/POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Comissão aprova MP do reajuste 6

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

MP traz regras para regulamentar o trust 7

A GAZETA - MACAPÁ - AP - GERAL
SEGURIDADE SOCIAL

Governo propõe tirar R\$ 5 bi de gastos do PAC da meta fiscal de 2024 9

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
ECONOMIA

Relator da LDO diz que governo vai ter que rever meta fiscal de 2024 10

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Programa de gestão busca reduzir fila do INSS, afirma secretário 12

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - CONCURSEIRO
SEGURIDADE SOCIAL

Presidente do INSS assegura convocação de 250 aprovados ainda neste ano 13

PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Com aumento real, previsão do salário mínimo atinge R\$ 1.418 para 2024 14

JORNAL NH - NOVO HAMBURGO - RS - COMUNIDADE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Eduardo Braga é confirmado como relator da reforma tributária na CCJ do Senado 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Senado mudará texto da Câmara, diz relator 17

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tributária: esforço será para não aumentar exceções 18

GAZETA DE ALAGOAS - AL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

REFORMA TRIBUTÁRIA: RELATOR NO SENADO DIZ QUE VAI MUDAR TEXTO 19

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Braga quer fechar relatório da reforma até outubro 20

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Evento na FGV reúne juristas e especialistas para debater a reforma 21

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária: Itamaraty pede isenção para missões diplomáticas de estrangeiros no Brasil

.....	22
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Dúvidas sobre entrega da pauta fiscal a tempo preocupa, diz J.P. Morgan.....	23
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Tributo "apaga" programas de ajuda e piora pobreza infantil, diz estudo.....	26
G1 - NACIONAL - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma tributária: imposto do pecado deve ser criado em 2027, com alíquota cheia	28
CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Alíquota-padrão do IVA pode chegar a 27%.....	29
CORREIO POPULAR - CAMPINAS - SP - CIDADES REFORMA TRIBUTÁRIA	
FP se reúne com Pacheco para discutir itens da reforma tributária.....	30
DEZ MINUTOS - MANAUS - AM - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Braga apresenta plano de trabalho da reforma tributária na próxima quarta.....	31
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Arthur Lira volta a defender reforma administrativa.....	33
A TRIBUNA - ES - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Lira defende reforma no serviço público.....	34
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS SEGURIDADE SOCIAL	
Queda da Selic ajuda expectativas, mas não altera crédito no curto prazo.....	35
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
"Acelerar corte no juro por pressão política gera risco de inflação".....	37
ALÔ BRASÍLIA - DF - GERAL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Desoneração da folha.....	39
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Governo estuda manobra para pagar precatórios em dia sem estourar meta.....	40
VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS ECONOMIA	
FGV vai propor bioeconomia no cálculo das contas nacionais.....	43
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
"Reformas estão andando e Haddad está fazendo trabalho importante".....	44
ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - ZERO HORA ECONOMIA	
Congresso avalia fundo eleitoral recorde para 2024.....	46

Quinta-Feira, 10 de Agosto de 2023

O LIBERAL - BELÉM - PA - PANORAMA
ECONOMIA

Congresso quer Fundão recorde para eleições municipais..... 47

O LIBERAL - BELÉM - PA - PANORAMA
ECONOMIA

Número de famílias endividadas cai graças ao programa "Desenrola"..... 48

BEM PARANÁ - CURITIBA - PR - BEM RAPIDINHO
ECONOMIA

Sonegação fiscal do mercado ilegal de bebidas chega a R\$ 45 bi..... 49

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo deve conceder maior incentivo fiscal a carro menos poluente..... 50

Sonegação e inadimplência vão cair após reforma, promete Appy

O governo trabalha para criar um sistema de arrecadação que reduzirá fortemente a sonegação e inadimplência após a **reforma tributária**. "Muito provavelmente, no Brasil, nós vamos ter o modelo de cobrança mais eficiente do mundo", afirmou ao Valor o secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy. "Não estou brincando."

É o sistema que recolherá a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirão cinco **tributos**: as contribuições PIS e Cofins, o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Serviços (ISS). A CBS e o IBS serão cobrados juntos.

Appy ressaltou que a elaboração do modelo, do tipo "split payment", ainda está em fase inicial. "A ideia é que, no momento do pagamento, seja carregada uma chave, que estamos chamando de "fatura", que vincula o documento fiscal ao instrumento de pagamento", disse. Antes de creditar o dinheiro na conta do fornecedor, o sistema já compensará créditos tributários, quando houver, e descontará o imposto.

Sonegação e inadimplência, que se tornarão mais difíceis com esse novo sistema, são fatores que influenciam o chamado "hiato de conformidade", ou seja, a diferença entre o que deveria ser arrecadado, com base na legislação, e o que efetivamente é recolhido. Outros fatores que elevam o hiato são a elisão (utilização de "brechas" na lei para pagar menos **impostos**) e a judicialização. Um exemplo sobre como os litígios afetam a arrecadação são os créditos em discussão no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, que chegou a R\$ 1,5 trilhão.

É esperado que o hiato de conformidade se reduza após a reforma. Um motivo, informou o secretário, é a simplificação do sistema, que ajuda a diminuir contenciosos. Além disso, há impacto em outros **tributos**. Países que adotaram um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), nos moldes do que serão a CBS e o IBS, observaram melhora no pagamento do Imposto de Renda. Isso porque o sistema estimula a formalização.

Menor hiato de conformidade é um dos fatores que explicam por que a nova tributação sobre o consumo no Brasil foi estimada pelo Ministério da Fazenda em no máximo 27%, e produzirá a mesma arrecadação

que os 34,4% praticados atualmente: 12,45% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Os 34,4%, explicou Appy, correspondem à tributação efetivamente incidente em um produto tributado com 18% de ICMS e 9,25% de PIS/Cofins.

O ICMS e os novos **tributos** que haverá após a reforma são calculados de forma diferente, explicou o secretário. Por isso, suas alíquotas não podem ser diretamente comparadas.

Hoje, a alíquota do ICMS é de 18%, na maior parte dos casos. É cobrada "por dentro", ou seja, o tributo é calculado sobre o preço do produto, inclusive os **impostos**. Calculados "por fora" (sobre o preço dos produtos sem **impostos**), como será o IBS, os 18% correspondem a 24,2%. O mesmo ocorre com o PIS/Cofins: a alíquota "por dentro" é de 9,25%, e a "por fora", de 10,2%. A soma dos **tributos** seria de 27,25% no cálculo "por dentro" e de 34,4% no cálculo "por fora". "Essa sim, é uma das maiores alíquotas do mundo", comentou Appy.

Outro fator que explica a diferença entre os 34,4% atuais e os 27% estimados após a reforma é a eliminação de uma série de regimes especiais, alíquotas reduzidas e benefícios concedidos com base nos **tributos** que serão eliminados na reforma.

O Ministério da Fazenda divulgou na última terça-feira uma estimativa sobre a nova alíquota-padrão sobre o consumo, que variará de 25,45% a 27%, considerando a versão da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45 aprovada pela Câmara dos Deputados. Os cálculos consideram dois cenários: um em que o hiato de conformidade é de 10% - nível observado na Hungria, onde a tributação sobre o consumo é de 27%-e outro em que é de 15%.

Mostrou também que os tratamentos favorecidos incluídos na PEC 45 pela Câmara acrescentaram de 4,72 a 4,98 pontos percentuais na alíquota-padrão. A ideia é dar ao Congresso uma base para avaliar o peso de cada exceção à reforma.

O cálculo da alíquota não é "cravado" porque há muitos elementos ainda não definidos sobre o novo sistema tributário, disse o secretário. Além de a própria PEC 45 poder ser modificada no Senado, onde está

em análise, existem vários fatores que só serão definidos posteriormente, em legislação infraconstitucional. Por exemplo: como funcionarão os regimes específicos de tributação, o Imposto Seletivo (que será criado na reforma para tributar produtos danosos à saúde e ao meio ambiente), quais produtos estarão na cesta básica a ser desonerada. Há indefinições ainda sobre o escopo dos serviços de saúde e de educação que terão direito a alíquotas reduzidas, exemplificou.

Simplificação do sistema vai ajudar a diminuir contenciosos, segundo Appy

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187627?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187627?page=1§ion=1)**

Comissão aprova MP do reajuste

A comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 1.170/23, que trata do reajuste salarial dos **servidores públicos** federais, aprovou nesta quarta-feira (9) o parecer da relatora, deputada Alice Portugal (PCdoB-BA).

O texto vai agora para votação no plenário da Câmara e depois para o Senado.

A deputada manteve a versão atual da MP, que prevê reajuste salarial de 9% para todos os empregados e servidores da administração pública federal, incluindo aposentados e pensionistas.

A MP está em vigor e, com isso, os servidores estão recebendo remuneração maior desde junho.

A relatora rejeitou emendas apresentadas por parlamentares, justificando que iriam provocar maior despesa pública.

No parecer, Alice Portugal ampliou a margem de financiamento consignável dos servidores federais. Se o trecho for mantido nas votações em plenário da Câmara e do Senado, os servidores poderão usar até 45% do salário para contratação de empréstimos. Atualmente, a margem é de 35%.

"Recebemos inúmeras manifestações de servidores solicitando nova modulação da margem consignável e, tendo em vista que, por diversos fatores, é elevado o número de servidores que necessitam tomar o crédito, que possui taxa de juros inferior às demais formas de crédito direto", disse a relatora.

MP traz regras para regulamentar o trust

Beatriz Olivon, Guilherme Pimenta e Raphael Di Cunto
De Brasília

O governo incluiu na medida provisória do salário mínimo (MP nº 1.172) regras para regulamentar o trust no Brasil. O texto, aprovado nesta semana por comissão mista do Congresso Nacional, trata da modalidade irrevogável - em que o doador repassa imediatamente os direitos sobre os seus bens -, de tributação e de instrumentos similares, como fundação e um tipo de seguro de vida.

São pontos que foram incluídos ou aperfeiçoados em relação à MP anterior, de nº 1.171, que também tratava do tema. Outros assuntos foram incorporados à medida provisória do salário mínimo para agilizar a votação - entre eles, a correção da tabela do Imposto de Renda, para não perder a validade.

O trust consiste em um contrato privado em que o instituidor transfere a propriedade de bens a alguém (o trustee) que assume a obrigação de administrá-los em benefício do próprio instituidor ou de pessoas por ele indicadas, geralmente herdeiros.

O instrumento é muito utilizado para planejamentos patrimoniais no exterior. A dificuldade é que hoje não há previsão em lei nacional sobre seu uso e tributação. Existem, inclusive, divergências entre **Receita Federal**, Estados e contribuintes.

Hoje há risco de dupla tributação - de Imposto de Renda e ITCMD -, além de risco de nenhuma incidência a depender da interpretação dada, segundo Daniel Lória, diretor da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda e elaborador da proposta. O texto anterior, afirma ele, passou por aperfeiçoamento depois de audiências com o setor privado e sociedade civil.

Lória destaca três novidades. A primeira trata dos trusts irrevogáveis - que são minoria hoje. Entre 90% e 95% dos trusts utilizados por brasileiros são revogáveis, segundo o diretor, formato que já estava resolvido no texto anterior.

"Há um parágrafo a mais [em relação à MP 1.171] falando que se o instituidor abre mão de direitos sobre o patrimônio, já pode ser reputado ocorrido naquele momento a transferência para o beneficiário", afirma ele, acrescentando que já implica transferência de direitos como se fosse uma doação em vida e o beneficiário passa a ser o titular do patrimônio.

O texto também contempla os casos em que o beneficiário não sabe os valores que vai receber no futuro.

Foi inserida a previsão de obrigação do trustee (administrador) de fornecer informações necessárias para o titular cumprir suas obrigações tributárias no Brasil. "Não queríamos que o patrimônio ficasse em um limbo que ninguém declarasse. E nem que deixasse de pagar imposto periodicamente sobre os rendimentos do trust", afirma Lória.

O diretor esclarece que o trustee não é responsável pelo tributo que tem que ser pago. "Não dá para ser assim porque o trustee é um estrangeiro, não é contribuinte do Imposto de Renda. O que colocamos é que ele é responsável por prover os recursos financeiros necessários para o titular do patrimônio cumprir suas obrigações tributárias no Brasil".

A terceira mudança foi feita para impedir que se escape das regras atuais com a adoção de instrumentos similares. Segundo Lória, há um modelo de fundação nos Estados Unidos que funciona praticamente da mesma forma que um trust e, por isso, há um artigo indicando que contratos análogos terão as mesmas regras.

Além das fundações, o diretor cita um modelo de seguro de vida que existe no exterior e é mais parecido com o plano de previdência VGBL nacional. "Se forem criados outros instrumentos estrangeiros análogos também serão submetidos ao mesmo tratamento tributário." Não há estimativa de arrecadação com o trust, de acordo com Lória, já que o objetivo da norma era resolver um ambiente inseguro juridicamente.

"O que eu mais via na prática, antes de entrar no governo, era gente adotando alguma posição para reportar o trust, mas sempre em dúvida, sempre correndo risco. O que tentamos foi criar uma regra clara", afirma.

Andreza Ribeiro, do escritório Stocche Forbes Advogados, diz estar surpresa com a inclusão desse assunto em uma nova MP.

"Pode haver uma discussão de pertinência temática e até trazer contencioso", afirma.

Mas a MP pode ser vista com bons olhos por

disciplinar o tratamento fiscal dos trusts, segundo Flávia Gerola, do Trench Rossi Watanabe. Entre as novidades, a advogada destaca a diferenciação entre trust revogável e irrevogável e também a abrangência de assemelhar estruturas como fundações aos trusts.

"MP pode ser vista com bons olhos por disciplinar o tratamento fiscal" Flávia Gerola

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187627>

Governo propõe tirar R\$ 5 bi de gastos do PAC da meta fiscal de 2024

Uma alteração ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 pretende dar espaço para o governo retirar R\$ 5 bilhões do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da meta fiscal do próximo ano. A proposta consta de mensagem modificativa enviada nesta segunda-feira (7) à noite pelo governo à Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, mas divulgada nesta terça-feira (8).

Na mensagem, que muda o projeto da LDO, o governo quer que esses R\$ 5 bilhões sejam abatidos dos investimentos das estatais não-dependentes do Tesouro (estatais com receita própria). Com a alteração, essas empresas poderiam gastar no Novo PAC, sem pôr em risco o cumprimento da meta fiscal do próximo ano.

O projeto do novo arcabouço fiscal, aprovado no Senado e enviado para segunda votação na Câmara dos Deputados, estabelece meta de 0,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**, soma das riquezas produzidas no país) de déficit primário para este ano e meta zero para 2024, com margem de tolerância de 0,25 ponto percentual do **PIB** para mais ou para menos. Dessa forma, o Governo Central - Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central - poderia ter déficit de 0,25% até superávit de 0,25% do **PIB** no próximo ano.

O resultado primário equivale ao resultado das contas do governo - déficit, superávit ou resultado zero - sem o pagamento dos juros da dívida pública.

Enviado em abril ao Congresso Nacional e ainda sem relatório apresentado, o projeto da LDO de 2024 prevê as diretrizes para o Orçamento do próximo ano. Em relação às metas fiscais, o texto está alinhado ao projeto do futuro arcabouço fiscal.

Justificativa Na mensagem de nove páginas, assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pela ministra do Planejamento, Simone Tebet, o governo justifica a blindagem dos R\$ 5 bilhões de investimento das estatais no Novo PAC. Segundo o texto, a mudança foi elaborada "tendo em vista a flexibilidade na execução desses investimentos e sua importância para o desenvolvimento econômico e social do país".

O abatimento de gastos do PAC da meta de resultado

primário ocorreu durante o segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff. Na época, a política foi criticada porque levou ao enfraquecimento das metas de superávit primário. A nova versão do PAC será lançada na sexta-feira (11), em evento no Rio de Janeiro, com a promessa de gastos anuais de R\$ 60 bilhões.

A proposta do governo precisa ser aprovada pelo Congresso.

O deputado Danilo Forte (União-CE) é o relator da LDO de 2024. O projeto do Orçamento do próximo ano será enviado ao Congresso em 31 de agosto, mas pode tramitar junto com o texto da LDO, caso ele não seja votado até o fim do mês.

Site: <https://agazetadoamapa.com.br/edicoes-digitais>

Relator da LDO diz que governo vai ter que rever meta fiscal de 2024

O governo dificilmente vai escapar de sugerir uma mudança na meta fiscal de 2024. Foi o que disse o relator do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano que vem, deputado Danilo Forte. "O governo vai ter que mexer na meta. Tanto se for votado o arcabouço fiscal que saiu da Câmara quanto se for votado o que saiu do Senado. A não ser que o governo abra mão dos seus programas. Porque não tem de onde tirar tanto dinheiro", disse.

Na busca por zerar o déficit fiscal já em 2024, como quer o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o governo tem feito um esforço concentrado para encaminhar, junto com a proposta de Orçamento, um pacote de medidas para elevar a arrecadação em cerca de R\$ 130 bilhões. A projeção é conseguir entregar a meta de déficit zero em 2024. Especialistas, no entanto, entendem a meta como quase impossível de ser alcançada.

Já membros do Congresso dizem que dificilmente o Legislativo aprovará todas as medidas. "A meta zero é um desafio muito grande para o ministro Haddad, apesar de compreender todo o esforço que ele está fazendo e, sem sombra de dúvida, é o ministro que melhor se relaciona com o Congresso hoje. A dificuldade não é por culpa dele. A dificuldade é porque a economia ficou patinando", destacou Danilo Forte. Para o deputado, seria mais prudente o governo diluir a perseguição do reequilíbrio fiscal em um período de dois a três anos. "O prazo está muito curto. Ele devia ter colocado um prazo mais dilatado, porque as condicionantes da economia local e internacional não favorecem neste momento." Ainda segundo ele, a meta de zerar o déficit em 2024 será alcançada apenas se a economia crescer, o que também impulsiona as receitas. Atualmente, o governo prevê uma alta de 2,3% no Produto Interno Bruto (**PIB**) para 2024, mas o mercado tem estimativas mais conservadoras, de 1,3%, segundo o Boletim Focus, do Banco Central. Mesmo com essa visão sobre a situação, o deputado disse que vai discutir o tema com o governo e observar a evolução da economia nos próximos meses, antes da votação do PLDO pelo Congresso Nacional. A intenção não é fazer nenhuma alteração da meta sem conversar com a equipe econômica, a quem, segundo ele, cabe a iniciativa de alterar o alvo central da política fiscal no ano que vem.

Site: <https://oestadoce.com.br/wp->

content/uploads/2023/08/10-08-23.pdf

Programa de gestão busca reduzir fila do INSS, afirma secretário

Henrique Fregonasse*

Lançado no último dia 2, o novo Programa de Gestão e Desenvolvimento (PGD) da Administração Federal abre possibilidades - e também muitas dúvidas - sobre a eficiência do serviço público no atendimento ao cidadão. Nesse contexto, um dos desafios é o Instituto Nacional do Seguro Social, que acumula praticamente 1,8 milhão de pedidos para pagamento de benefícios.

Em entrevista ao CB.Poder, uma parceria do Correio e da TV Brasília, o secretário de Gestão do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), Roberto Pojo, comentou como o novo programa do governo federal pretende abordar o problema. Ele reconhece que o atendimento presencial é muito importante, mas outras questões são consideradas.

"Dentro do programa de gestão, quando pensamos no plano de trabalho do servidor, podemos determinar que ele tem de estar presencialmente durante um determinado horário para o exercício da atividade. Óbvio que para isso, pode ser necessário um controle de presença, pode ser inerente àquela atividade. No caso do **INSS**, a perspectiva é o contrário: que melhore o atendimento ao público", avaliou Pojo.

O secretário garantiu que instituições cuja atuação envolve essencialmente o trabalho presencial não serão prejudicadas pelo novo modelo. Ao comentar o caso do **INSS**, afirmou que adaptações podem ocorrer, caso seja identificada a necessidade.

É sempre bom lembrar que o **INSS**, nos últimos 10 anos, teve de reduzir a metade do seu corpo de servidores. Saiu de 45 mil para 22 mil servidores. O que é digitalização propicia é não entrar em um colapso completo", argumentou o secretário durante a entrevista aos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Rosana Hessel.

Evolução

O novo programa de gestão do governo federal estabelece, entre outros pontos, o fim da obrigatoriedade do ponto eletrônico. A ideia é adotar um modelo que privilegie, mais do que a frequência do servidor ao local de expediente, o desempenho e o cumprimento de metas. São objetivos, ainda, otimizar a gestão de recursos públicos e fomentar a

transformação digital de órgãos públicos do governo.

Pojo explicou os princípios que norteiam o novo PGD e as expectativas do governo federal sobre as mudanças na gestão da administração pública. O secretário conta que o plano para modernizar a administração do governo federal começou em 1995, mas até 2014 era implementado de maneira pontual. Com a pandemia de covid 19, em 2020, e a disseminação do trabalho remoto, o modelo de gestão focado em desempenho começou a ser, de fato, utilizado.

"Fomos todos forçados a ficar em casa, onde você não tem mais como aplicar o modelo de gerência por disponibilidade, então fomos instados a utilizar um modelo de gerenciamento que olhasse para as entregas e para os resultados. Este ano a gente fez uma evolução do que foi implantado na pandemia pensando que o que importa é a entrega para o cidadão", explicou Pojo.

Confira a íntegra da entrevista

*Estagiário sob supervisão de Carlos Alexandre de Souza

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/08/5115895-fila-do-inss-secretario-aposta-em-programa-de-gestao.html>

Presidente do INSS assegura convocação de 250 aprovados ainda neste ano

raphaelapeixoto

Durante evento do Sindicato dos Trabalhadores Federais da Saúde, Trabalho e Previdência no Rio Grande do Sul (Sindisprev-RS), realizado na última semana, o presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), Alexandre Stefanutto, assegurou a convocação de mais 250 aprovados do último concurso ainda neste ano. Segundo Stefanutto, essas nomeações foram encaminhadas pela ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, e o ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, durante uma reunião. Vale lembrar que, em junho, o MGI assinou a nomeação de mil novos técnicos de seguro social.

O presidente da autarquia também afirmou que há cerca de 2.000 candidatos aprovados remanescentes do concurso. O certame do **INSS** abriu mil vagas imediatas, além de formação de cadastro reserva, no cargo de técnico do seguro social, com salários iniciais de R\$ 5.905,79 - composto pelo vencimento básico de R\$ 712,61, gratificação de atividade executiva, no valor de R\$ 1.140,18, gratificação de desempenho da atividade do seguro social, de até R\$ 3.595, além de auxílio-alimentação, no valor de R\$ 458.

Stefanutto também comentou a mudança de escolaridade para o cargo de técnico. "Eu entendo que temos que avançar para que seja passado ao nível superior, sei que é uma questão de governo. Vou defender isso e já tenho defendido publicamente", reforçou o presidente.

*Estagiária sob supervisão de Lorena Pacheco

Site:

<https://blogs.correiobraziliense.com.br/papodeconcursei-ro/presidente-do-inss-assegura-convocacao-de-250-aprovados-ainda-neste-ano/>

Com aumento real, previsão do salário mínimo atinge R\$ 1.418 para 2024

Economia

/ Do R7

Com a política de valorização, a previsão de reajuste do salário mínimo é de 7,4% para 2024. Com isso, o piso nacional passará dos atuais R\$ 1.320 para R\$ 1.418, um incremento de R\$ 98.

A mudança do salário mínimo afeta aposentadorias, abono salarial e benefícios sociais. O valor será referência para a proposta de Orçamento que será entregue pelo governo federal ao Congresso até o dia 31 de agosto.

Segundo o Ministério da Fazenda, o governo já trabalha com a previsão incluindo a política de valorização do piso nacional. Além da **inflação** do ano anterior medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), o salário mínimo será reajustado também pelo crescimento da economia, ou seja, do **PIB** (Produto Interno Bruto) de dois anos anterior ao aumento.

O cálculo soma a última projeção do INPC, que estava em 4,48%, mais 2,9% do **PIB** de 2022. "Conforme últimos dados da Grade de Parâmetros divulgados em julho/2023 pelo Ministério da Fazenda, a projeção do INPC acumulado para 2023 é de 4,48%. Esse índice, somado ao percentual de crescimento do **PIB** de dois anos anteriores ao reajuste (no caso 2022), conforme política de valorização do salário mínimo em vigência, resulta na previsão de salário mínimo para o próximo ano", afirma a pasta em nota.

Na última terça-feira (8), a comissão mista do Congresso Nacional que analisa a medida provisória que estabelece o valor do salário mínimo em R\$ 1.320 deste ano aprovou, por unanimidade, o texto do relator, deputado Merlong Solano (PT-PI), que incluiu a política permanente de correção do piso.

A proposta, que havia sido enviada pelo governo federal em maio, retoma os critérios vigentes entre 2007 e 2019. Nos anos do governo Bolsonaro, o ganho real deixou de ser repassado para o piso.

O último reajuste do piso foi em 1º de maio, de R\$ 1.302 para R\$ 1.320, um aumento de R\$ 18, ou 1,38%. Neste ano, em 1º de janeiro, o piso já havia aumentado R\$ 90, quando passou de R\$ 1.212 para R\$ 1.302, com impacto de R\$ 69,3 bilhões na economia.

O reajuste leva em consideração o aumento do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), indicador da **inflação** das famílias com renda de até cinco salários mínimos, usado como referência para o valor do salário mínimo.

2023 - R\$ 1.320,00 (8,91%)

2022 - R\$ 1.212,00 (10,04%)

2021 - R\$ 1.100,00 (5,2%)

2020 - R\$ 1.045,00 (4,7%)

2019 - R\$ 998,00 (4,6%)

2018 - R\$ 954,00 (1,8%)

2017 - R\$ 937,00 (6,48%)

2016 - R\$ 880,00 (11,6%)

Segundo estimativas do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), o salário mínimo é a base da remuneração de 60,3 milhões de trabalhadores e beneficiários do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social).

Essa política de valorização do salário mínimo tem impacto fiscal e orçamentário estimado em R\$ 18,1 bilhões para 2024, R\$ 25,2 bilhões para 2025 e R\$ 39,1 bilhões para 2026.

A Constituição determina que a remuneração mínima paga aos trabalhadores deve garantir a manutenção do poder de compra das famílias. O repasse apenas do INPC no cálculo do novo valor do piso nacional não repõe as perdas decorrentes da **inflação**, principalmente para a população mais carente.

Entre 2015 e 2019, o salário mínimo foi calculado, por lei, com base na expectativa para o INPC do ano e a

taxa de crescimento real do **PIB** - a soma de todos os bens e serviços produzidos no país - de dois anos antes. A determinação buscava garantir uma reposição real da renda dos profissionais remunerados com o mínimo.

De 2019 a 2022, o piso salarial passou a ser corrigido apenas pelo INPC, a fim de preservar o poder de compra do mínimo. A decisão, no entanto, não traz ganho real à remuneração dos profissionais. Estimativas do governo mostram que cada R\$ 1 a mais no salário mínimo eleva as despesas públicas em R\$ 351,1 milhões. O mínimo voltou a ter aumento real em 2023.

O Dieese estima mensalmente o valor do salário mínimo necessário, baseado no custo da cesta básica. Em junho de 2023, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria equivaler a R\$ R\$ 6.578,41, ou 4,98 vezes o mínimo atual, de R\$ 1.320.

Site: <http://noticias.r7.com/economia/previsao-para-o-salario-minimo-ja-atinge-r-1419-para-2024-09082023>

Eduardo Braga é confirmado como relator da reforma tributária na CCJ do Senado

Brasília - A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado formalizou nesta quarta-feira (9), a indicação do senador Eduardo Braga (MDB-AM) como relator da **reforma tributária**. A indicação de Braga já havia sido anunciada em julho pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD--MG), mas faltava ser formalizada pela CCJ.

Braga anunciou nesta quarta-feira que apresentará seu plano de trabalho para a tramitação da **reforma tributária** no próximo dia 16 de agosto.

"A partir de agora, iniciamos, oficialmente, de fato e de direito, o trabalho na relatoria da **reforma tributária**, contando com a contribuição de todos os senadores", disse Braga durante a sessão da CCJ.

A **reforma tributária** passará apenas pela CCJ do Senado antes de ir ao plenário. A expectativa da cúpula do Senado é que a proposta seja analisada até novembro. (ABr)

Site: <http://digital.jornalnh.com.br/>

Senado mudará texto da Câmara, diz relator

Edla Lula

O relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45, que trata da **REFORMA TRIBUTÁRIA**, senador Eduardo Braga (MDB-AM), confirmou ontem que o Senado promoverá mudanças no texto aprovado na Câmara dos Deputados em julho, que agora passa pela Casa Revisora. Uma dessas mudanças diz respeito ao Conselho Federativo, criado no âmbito da reforma para gerir o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), estadual, e o Imposto Sobre Serviço (ISS), municipal.

Falando a jornalistas após encontro promovido pela Frente Parlamentar de Comércio, Serviços e Empreendedorismo, Braga afirmou que tanto os dispositivos relacionados à governança quanto os que dizem respeito às atribuições do Conselho Federativo devem ser alterados ao longo das discussões no Senado.

O senador evitou comentar se as exceções à alíquota-padrão do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA), inseridas ao longo do debate na Câmara, serão mantidas ou retiradas da proposta.

"Começamos o debate hoje (ontem), não tem como avaliar diminuição de exceção de ontem para hoje", disse Braga, referindo-se ao estudo entregue a ele pelo ministro da FAZENDA, Fernando Haddad. A partir do estudo, que aponta que a alíquota do IVA poderá chegar a 27%, o relator irá avaliar o impacto que cada setor execpcionalizado pode causar no conjunto da arrecadação.

O presidente da Frente Parlamentar, senador Efraim Filho (União -PB), lembrou que a discussão da reforma na Câmara causou apreensão nos empresários ligados a comércio e a serviços, que receberam diferentes estudos apontando que seria alto o impacto da nova alíquota para o setor. "Trata-se do setor que mais emprega e que mais paga imposto e que precisa analisar com profundidade esse impacto", comentou o parlamentar.

Em sua fala aos deputados e senadores, Braga afirmou que trabalhará pela manutenção da carga tributária e para que o novo sistema seja justo para quem produz, para os contribuintes e para todos os entes federativos. "Nós não vamos cair na armadilha de dividir o país entre o Brasil de primeira classe e o de segunda classe.

Nós queremos uma **REFORMA TRIBUTÁRIA** que assegure, de forma equânime e equilibrada, o aspecto federativo", disse, em uma referência à recente fala do governador de MINAS Gerais, ROMEU ZEMA, que defendeu a união dos estados do Sul e Sudeste.

Somente ontem a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado designou oficialmente Eduardo Braga como relator da **REFORMA TRIBUTÁRIA**. A indicação havia sido feita em julho, assim que a reforma foi aprovada na Câmara, pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), mas ainda não havia sido formalizada pelo presidente da CCJ, Davi Alcolumbre (União-AP).

Braga informou que na próxima quarta-feira (16), apresentará o plano de trabalho da relatoria.

Ele já antecipou que haverá audiências públicas com governadores, PREFEITO e entidades representativas do setor produtivo.

Ao todo, serão entre seis e oito audiências.

Ele pretende apresentar o relatório em outubro, para que a matéria seja votada em novembro.

Em palestra ontem à noite, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-PB) voltou a dizer que a previsão é que a **REFORMA TRIBUTÁRIA** seja promulgada ainda neste ano, mesmo que passe por nova apreciação na Câmara. "O primeiro semestre do ano que vem será dedicado à aprovação das leis complementares", disse ele, referindo-se aos projetos de lei complementares que precisam ser apresentados para regulamentar a PEC.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/08/10/all.pdf>

Tributária: esforço será para não aumentar exceções

VICTORIA ABEL

Mesmo após a divulgação do estudo do Ministério da Fazenda com a estimativa de alíquotas que bens e serviços terão após a **Reforma Tributária**, líderes do Senado afirmam que será difícil cortar o número de exceções aprovadas pela Câmara dos Deputados. Senadores assumem que o esforço será para não aumentar os regimes especiais, diante do lobby dos setores.

Pelas contas da Fazenda, divulgadas na terça-feira, a alíquota do novo imposto ficaria entre 25,45% e 27%, tomando como base o texto aprovado pela Câmara em julho. O ministro Fernando Haddad defende que o Senado reavalie as exceções, e o texto tenha o mínimo possível de alíquotas setoriais diferenciadas.

Os parlamentares, contudo, enxergam poucas saídas para contornar os pedidos de tantas lideranças empresariais, apesar de o valor das alíquotas ser considerado alto.

-Acho difícil, as exceções se justificam. Setores de bares, restaurantes, turismo, por exemplo, não dá para tirar (do regime especial) - disse o líder do PL, de oposição, Carlos Portinho (RJ).

Senadores governistas que conversaram com O GLOBO sob reserva também assumem que há poucas chances de diminuir as exceções.

CUSTO PARA A SOCIEDADE

A **Reforma Tributária** prevê a unificação de **impostos**, com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá o ICMS dos estados e o ISS dos municípios; e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que vai unificar os **tributos** federais: PIS, Cofins e IPI, com base ampla e não cumulatividade plena na cadeia de produção - ou seja, sem tributação em cascata.

O relator da **Reforma Tributária** no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), disse que as exceções aprovadas na Câmara e outras que podem surgir serão avaliadas a partir de um cálculo que envolverá os custos das isenções em comparação com os benefícios gerados para toda a cadeia econômica: - A sociedade brasileira quer transparência em cada uma das exceções. O que

não pode é aumentar qualquer questão sem que se tenha os números do quanto isso custará para a sociedade.

Braga foi oficializado relator da **Reforma Tributária** no Senado ontem, em sessão da Comissão e Constituição e Justiça (CCJ). Ele apresentará um plano de trabalho na próxima quarta-feira.

Os prefeitos das capitais já reivindicaram ao relator que o repasse da parte que lhes cabe no imposto a ser criado seja feito integralmente de forma direta.

A ideia é que eles fiquem menos dependentes de transferências de arrecadação dos estados, como ocorre hoje.

O texto da reforma prevê uma fatia repassada diretamente às prefeituras de 2% do tributo. Os municípios querem que suba para 5%, total a que têm direito.

Caso a alíquota seja de 25%, a previsão de parlamentares e do Ministério da Fazenda é que a divisão de arrecadação fique da seguinte forma: 9% para União (de CBS), 14% para estados e 2% para municípios (de IBS).

Porém, um quarto dos 14% pertencentes aos estados deve ser direcionado aos municípios recolhedores, como ocorre com o ICMS.

Hoje, 75% da arrecadação do ICMS ficam com o estado onde o bem ou serviço é tributado e 25% são repassados a municípios.

-Estamos pedindo os 5%.

Queremos que o valor venha direto aos municípios, sem passar pelos estados - disse o presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), Edvaldo Nogueira, de Aracaju.

O secretário de Fazenda de Porto Alegre, Rodrigo Fantinel, complementa: -Como teremos um tributo único, não tem motivo para os estados repassarem parcelas aos municípios. Basta já ficar na cidade que arrecada.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

REFORMA TRIBUTÁRIA: RELATOR NO SENADO DIZ QUE VAI MUDAR TEXTO

G1

O relator da **reforma tributária** no Senado Federal, Eduardo Braga (MDB-AM), informou ontem que pretende propor alterações no texto aprovado pela Câmara dos Deputados em julho.

"A Câmara tem o mérito de ter conseguido votar o texto, que traz muitos desafios. Uma votação que eu diria histórica. Mostra o quanto o povo e o setor produtivo querem uma simplificação tributária, uma reforma equilibrada do ponto de vista federativo e que seja neutra do ponto de vista tributário [sem aumento de **tributos**]", afirmou.

O senador defendeu uma base ampla de tributação dos **impostos** sobre o consumo, ou seja, que se defina uma quantidade grande de produtos e serviços taxados, como forma de possibilitar uma redução das alíquotas no futuro.

"Acredito que ninguém nesse país aguenta pagar mais imposto. Precisamos organizar para ter uma base ampliada, e um viés de queda de alíquota tributária", disse Braga, durante almoço com a Frente Parlamentar de Comércio e Serviços (FCS).

As declarações foram dadas após o Ministério da Fazenda ter apresentado, nesta terça-feira (8), um estudo sobre o custo das exceções abertas na **reforma tributária** - ou seja, dos bens e serviços que não serão sujeitos à alíquota cheia do novo modelo de **impostos**.

De acordo com o documento, as exceções aprovadas pela Câmara dos Deputados na **reforma tributária** devem elevar o futuro Imposto sobre Valor Agregado (IVA) a até 27%, segundo estimativa do governo.

Essas exceções se dividem em três grupos, pelo texto que tramita atualmente:

cobrança reduzida, equivalente a 40% da chamada "alíquota padrão" que valerá para os demais setores;

alíquota zero, em itens como os da cesta básica, por exemplo;

ou regimes específicos para setores como o financeiro, o imobiliário e o de combustíveis.

Braga afirmou que está solicitando ao Tribunal de Contas da União (TCU) um novo relatório, baseado no estudo apresentado pelo governo. "Para que possamos aprofundar cada uma dessas relações, para que tenhamos segurança do que estamos aprovando. Até então não tínhamos os números para discutir setor a setor", afirmou.

O Ministério da Fazenda tem explicado que as exceções diminuem a base de tributação. Desse modo, quanto mais exceções o texto contém, maior tem de ser a alíquota dos **impostos** Sobre Valor Agregado (IVAs) do governo federal, estados e municípios para manter a carga tributária atual - um dos objetivos da **reforma tributária**.

Site: <https://www.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=6052>

Braga quer fechar relatório da reforma até outubro

O relator da **reforma tributária** no Senado, Eduardo Braga (MDBAM), reforçou nesta quarta-feira a intenção de apresentar o relatório até o final de outubro. "A partir de hoje (ontem) começa a tramitação no Senado e esperamos, até o final de outubro, termos o relatório para podermos apresentá-lo na CCJ e, a seguir, levá-lo ao Plenário", afirmou Braga, ao participar, de forma remota, do ato de encerramento da Comissão Especial da **Reforma Tributária** na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Embora considere a tramitação e aprovação na Câmara um "marco inexorável", Braga disse aos deputados gaúchos que o texto merece "alguma observação sobre vários temas", voltando a deixar clara a intenção de promover alterações. A confirmar mudanças, depois da aprovação em dois turnos no Senado, a matéria volta a ser apreciada pela Câmara dos Deputados.

Braga enfatizou a defesa da manutenção de três fundamentos: simplificação de **tributos**, neutralidade na carga tributária e equilíbrio no ponto de vista federativo. Ao ter seu nome confirmado como relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Braga já havia externado que pretende fazer mudanças na governança e atribuições do Conselho Federativo.

No texto atual, estados mais populosos têm maior poder de voto, o que desagrade os estados do Norte e do Nordeste. Na reunião com a Assembleia do RS, Braga defendeu o "equilíbrio federativo de norte a sul".

"O povo brasileiro não tem como e não suportará aumento de carga tributária. O que queremos é uma alíquota de neutralidade tributária. Esperamos que tenhamos uma reforma 'neutra' nos seus primeiros anos, mas que possa representar uma redução de carga tributária ao longo do tempo", disse o relator.

De forma virtual, Braga recebeu o relatório da comissão presidida pelo deputado estadual Miguel Rossetto (PT), que teve como relator Marcus Vinícius Vieira de Almeida (PP). O documento, de 59 páginas, defende a aprovação da **reforma tributária** no Senado ainda este ano, com a garantia de unificação e simplificação de **impostos**, elaboração de uma legislação complementar, manutenção de uma agenda de avanço das reformas com base na renda e propriedade, buscando desonerar o peso tributário

sobre o consumo, entre outras propostas.

Braga agradeceu o trabalho da ALRS, única a criar uma comissão sobre o tema, afirmando que o documento servirá de base a técnicos de seu gabinete.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?flip=acervo>

Evento na FGV reúne juristas e especialistas para debater a reforma

CAROLINA NALIN

Em discussão no Congresso, a **Reforma Tributária** trará uma série de mudanças na forma como são cobrados os **impostos** no país.

A fim de debater as mudanças propostas e oferecer subsídios para um eventual aperfeiçoamento do novo modelo, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) realiza, no próximo dia 21, das 9h às 13h, no Rio, o seminário "Reflexões sobre a **Reforma Tributária**". A coordenação do evento é do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luis Felipe Salomão e do desembargador federal Marcus Abraham.

Os debates contarão com a participação do governador do Rio, Cláudio Castro; do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco; do governador de Goiás, Ronaldo Caiado; do relator da **Reforma Tributária** no Senado, Eduardo Braga; e do relator da proposta na Câmara, deputado federal Aguinaldo Ribeiro.

Também estarão presentes nomes como Anelize Lenzi, procuradora-geral da Fazenda; Luiz Gustavo Bichara, sócio do Bichara Advogados; Robson Braga de Andrade, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Pedro Paulo, deputado federal e secretário da Fazenda do município do Rio; e Manoel Procópio Júnior, diretor da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária**.

A inscrição pode ser feita no link (https://evento.fgv.br/reformatributaria_2108/).

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Reforma Tributária: Itamaraty pede isenção para missões diplomáticas de estrangeiros no Brasil

Por Manoel Ventura - Brasília

Enquanto o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tenta reduzir as exceções da **Reforma Tributária**, o Ministério das Relações Exteriores está pedindo à pasta um novo tratamento diferenciado no texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) em discussão no Senado.

O Itamaraty quer garantir isenções fiscais para missões diplomáticas, repartições consulares e organismos internacionais sediados no Brasil e seus funcionários. O órgão argumenta que essas isenções são compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

Ao GLOBO, o Itamaraty afirma que tem mantido coordenação com a Fazenda para viabilizar as isenções.

"Trata-se de iniciativa para que isenções concedidas atualmente sejam mantidas pelo marco legal em discussão. O interesse do MRE (Ministério das Relações Exteriores) é, portanto, o de criar as condições para o respeito aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, tendo presente o tratamento dado aos representantes do Estado brasileiro no exterior", afirma a pasta.

Diplomatas alegam que na versão atual, aprovada pela Câmara, o texto da PEC impossibilitaria a manutenção da maior parte das isenções atualmente conferidas a esses organismos - especialmente no ICMS, mas também, de PIS/Cofins - devido à ausência de previsão de lei complementar com regime específico para embaixadas, consulados e organismos internacionais.

A ideia é inserir esse benefício no texto do em discussão no Senado. Não foram apresentados cálculos sobre o impacto da medida na alíquota-base do imposto fruto da reforma. Em nota técnica apresentada nesta semana, a Fazenda calcula que o imposto terá alíquota entre 25,45% a 27%.

"A concessão de isenções fiscais a representações de governos estrangeiros localizadas em território

brasileiro atende a compromissos internacionais assumidos pelo Brasil e é regulada por tratados multilaterais, por regras obrigatórias de direito costumeiro internacional e por compromissos bilaterais em função de reciprocidade de tratamento", acrescenta o Itamaraty.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/08/10/reforma-tributaria-itamaraty-pede-isencao-para-missoes-diplomaticas-de-estrangeiros-no-brasil.ghtml>

Dúvidas sobre entrega da pauta fiscal a tempo preocupa, diz J.P. Morgan

O placar extremamente apertado (5 a 4) da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, que gerou uma surpresa com o corte de 0,5 ponto percentual na Selic logo no início do ciclo de flexibilização monetária, abre o questionamento se, a partir de agora, a "função-reação" da autoridade monetária mudou, diz Cassiana Fernandez, chefe de pesquisa econômica para América Latina e economista-chefe para Brasil do J.P. Morgan.

"Começa-se a questionar se, de fato, existe, a partir de agora, uma mudança e se vão dar menos importância às projeções de **inflação** e mais importância aos dados correntes", afirma. "Ainda não sabemos ao certo", diz ela, mesmo após a divulgação da ata do encontro de agosto, que trouxe mais detalhes sobre as discussões do comitê.

Mesmo que o Copom tenha sido explícito na ata sobre uma aceleração do ritmo de cortes ser pouco provável hoje, Fernandez não descarta a possibilidade caso surpresas positivas elevem a confiança no processo desinflacionaria.

Com a perspectiva de uma política monetária ainda bastante restritiva e de enfraquecimento da demanda doméstica, o banco prevê um crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil mais próximo de 1 % em 2024, abaixo do consenso de 1,3% do Focus.

Para 2023, a expectativa do banco é de crescimento de 2,4%, muito por causa da agricultura, mas Fernandez evita falar que o **PIB** "está dado". "Apesar de o número do **PIB** anual acabar não mudando muito", diz, "o passo em que terminar o crescimento deste ano vai ditar a dinâmica para o ano que vem."

A economista reconhece que existe "certo otimismo" com o Brasil, fruto, segundo ela, de uma série de fatores, como reformas aprovadas nos últimos anos e o encaminhamento, neste governo, da tributária, que pode ser um "game changer" para o país no médio-longo prazo, afirma a economista.

A continuidade desse tom favorável vai depender da capacidade das autoridades de entregarem as medidas em discussão, incluindo aquelas do lado da receita para gerar as metas fiscais apresentadas, e do governo de gerenciar a política para fiscal. Em relação a esses temas, Fernandez diz ter uma visão "um

pouco mais cética".

Veja, abaixo, os principais trechos da entrevista.

Valor: A decisão do Copom na semana passada surpreendeu vocês?

Cassiana Fernandez: Sim. Nós vimos uma probabilidade bem alta de divisão dentro do comitê e havia muita dúvida sobre para onde o placar iria pender. Na nossa visão, um corte de 0,25 ponto percentual era um pouco mais provável. O Banco Central está iniciando o corte de juros em um cenário em que o desemprego ainda está muito perto das mínimas históricas, as expectativas de **inflação** estão de-sancoradas, acima do centro da meta, os bancos centrais de países desenvolvidos ainda estão subindo juros e o próprio BC havia **comunicado**, em sua ata anterior, a intenção de **começar** o ciclo com parcimônia. O contexto, portanto, nos sugeria que a maioria do Copom optaria por um corte mais cauteloso no começo do ciclo. Mas fomos também muito sinceros de que existiam argumentos técnicos tanto para redução de 0,25 quanto de 0,50 ponto. Na verdade, esse movimento agora não faz muita diferença em relação ao tamanho total do ciclo. A questão de o placar ser extremamente apertado, o mais apertado da história, e em favor de uma decisão mais contundente do que esperávamos nos leva a questionar se alguma coisa mudou na "função-reação" do BC.

"Somos mais céticos em relação ao grau de ociosidade na economia hoje"

Valor: Como assim?

Fernandez: Bancos centrais costumam dar um peso muito grande aos resultados de seus modelos, tanto lá fora quanto no Brasil. Podemos questionar os modelos, todo mundo errou muito nas projeções dos últimos anos, principalmente desde a pandemia. Com essa decisão [do Copom em agosto], começa-se a questionar se, de fato, existe, a partir de agora, uma mudança e vão dar menos importância às projeções de **inflação** e mais importância aos dados correntes. Ainda não sabemos ao certo. Com essa projeção de 3,4% [do Copom para o IPCA em 2024], o comitê falou na ata anterior que a maioria estaria disposta a começar um ciclo parcimonioso de cortes de juros, e

ele vem com a decisão de 0,50 ponto, que ele mesmo define como um corte moderado. Vamos precisar acompanhar atentamente as comunicações da autoridade monetária e dos integrantes do Copom, à exemplo da entrevista do próximo Relatório de **Inflação**, para calibrar as nossas expectativas. Talvez, exista uma percepção de que o balanço de riscos, na verdade, é baixista, o que eles não enfatizaram no **comunicado** e na ata e, por isso, a trajetória de juros seria abaixo daquela sugerida no cenário de referência do Focus, que era de um ciclo de cortes começando com 0,25 ponto.

Valor: No **comunicado**, o balanço de riscos continuou simétrico, mas eles acabaram tirando alguns pontos, como o risco fiscal. Isso surpreendeu também?

Fernandez: A falta de menção à parte fiscal no **comunicado** também nos surpreendeu. Na ata, essa impressão foi mitigada na medida em que esclareceram que a questão fiscal ainda tem um peso relevante. Do jeito que constava até então, a mensagem era que a importância estava atrelada à aprovação do arcabouço fiscal - o que, apesar de muito avançada, ainda não ocorreu. O desafio de comunicação não se limita ao debate do arcabouço. A gente tem de considerar que, entre as duas reuniões [do Copom, em junho e agosto], tivemos a aprovação da **reforma tributária**, que também não mencionaram no **comunicado**, ainda que tenham mencionado a continuação de reformas como essencial na ata.

Valor: Vocês mantiveram a projeção de que a Selic chegará a 10% no fim do ciclo. Existe alguma possibilidade de o BC acelerar esse ritmo ?

Fernandez: Acredito que sim, apesar de o BC antecipar que vai manter os cortes de 0,50 ponto nas próximas reuniões. O comitê foi explícito na ata que uma aceleração, embora na visão deles seja pouco provável hoje, pode acontecer no caso de surpresas positivas que elevassem a confiança no processo desinflacionaria. A desinflação de serviços, alguma fraqueza maior na atividade, na nossa visão, poderia levar, sim, o BC a acelerar o passo dos cortes de juros, se não neste ano, no começo do próximo, em particular em um cenário externo mais benigno para moedas emergentes. Mas tem alguns fatores que levam a gente a projetar os 10%. O primeiro deles tem muita relação com a nossa percepção da dinâmica da atividade doméstica - com todas as revisões positivas que foram feitas para o crescimento, somos mais céticos em relação ao grau de ociosidade na economia brasileira hoje-e do processo desinflacionaria. Por mais que a gente estivesse abaixo do consenso de mercado a respeito da **inflação** ao longo deste ano, a ideia é que essa primeira "pernada" de desinflação é mais fácil. Ela veio muito da parte de bens, com a

normalização de cadeias produtivas, e até de alimentos, que foram beneficiados pelo recorde da safra agrícola. A segunda parte da desinflação é mais complicada, porque é a do setor de serviços, que é bastante inercial e depende muito da dinâmica do mercado de trabalho, que continua apertado. Na nossa percepção, a política fiscal também tende, na margem, a ser mais expansionista, não de uma forma significativa, mas mais do que ela foi nos últimos anos, tanto a política fiscal quanto a para fiscal. Essa combinação acabaria exigindo que a política monetária ficasse restritiva por mais tempo. E isso em um cenário, que é ponto fundamental para mim, sobre o que está acontecendo no resto do mundo.

Valor: Qual é a expectativa de vocês para o cenário global?

Fernandez: Fizemos uma revisão do nosso cenário internacional em agosto; não vemos mais uma recessão nos Estados Unidos, nem neste ano nem no próximo. Portanto, só começamos a ver o Fed [Federal Reserve, banco central dos Estados Unidos] cortando a taxa de juros na segunda metade do ano que vem e de uma forma bem gradual. Eu acho difícil a gente ter no Brasil uma taxa de juros de um dígito com os juros lá fora ainda em um patamar muito alto. Quando eu olho o viés [da projeção de Selic a 10%], dada a velocidade com que a gente começou esse ciclo de corte e a visão de que ele pode ser acelerado, podemos, sim, testar níveis mais baixos de taxa de juros. A minha grande dúvida é se isso seria sustentável ou não, se dá para cortar a taxa de juros abaixo de 10%, perto de 9%, 8% e isso se manter ao longo do tempo, sem aceleração da **inflação**.

Valor: O câmbio tem sido mais benigno para a **inflação**. Como essa visão para o cenário global afeta as perspectivas para o câmbio?

Fernandez: A nossa percepção no curto prazo ainda é favorável para a taxa de câmbio de uma forma geral, principalmente, por causa do diferencial de taxa de juros que se mantém, pelo menos no curto prazo. Além disso, um cenário em que se consegue evitar a recessão [nos EUA] é melhor para ativos de risco em geral e, portanto, para ativos e moedas de países emergentes. A projeção oficial da casa para o fim do ano é de R\$ 4,90 [por dólar], ou seja, uma taxa de câmbio mais ou menos parada do nível atual. Mas acho importante enfatizar que podemos ter uma maior volatilidade agora, até por uma questão sazonal de fluxos no fim do ano. E tem a discussão sobre a dinâmica da taxa de juros. Eu acredito, sim, que uma postura mais agressiva do BC, na medida de antecipar muito o corte e testar números mais baixos, pode levar a uma depreciação da taxa de câmbio. Nada parecido com o que vimos nos anos da pandemia, mas

podemos ter uma volta do câmbio para o redor de R\$ 5, R\$ 5,10.

Valor: Você mencionou revisões para cima nas projeções de atividade no Brasil. Este ano parece meio dado por causa da agropecuária. O que vocês esperam para o **PIB** em 2023 e, principalmente, em 2024?

"Postura mais agressiva do BC pode levar a uma depreciação da taxa de câmbio"

Fernandez: É difícil falar que esse ano está dado, apesar de o número do **PIB** anual acabar não mudando muito, mas o passo em que terminar o crescimento deste ano vai ditar a dinâmica para o ano que vem. Para 2023, temos uma projeção de 2,4%. Mas há bastante dúvida entre o perfil de crescimento trimestral do segundo para o terceiro trimestre, até porque, como muito do **PIB** deste ano vem da agricultura, acaba tendo fatores sazonais. Do lado da demanda doméstica, vemos um cenário de enfraquecimento na margem, e por isso, quando olho a nossa projeção para o ano que vem, ela está mais perto de um crescimento de 1%.

Valor: Vimos recentemente duas agências de classificação de risco mudando suas avaliações sobre o Brasil. No mesmo sentido, observamos um maior otimismo do investidor estrangeiro com os ativos brasileiros. Esse ambiente prossegue ao longo do segundo semestre?

Fernandez: Acho que existe, sim, um certo otimismo com o Brasil. É um reconhecimento de uma série de fatores, tanto as reformas que foram aprovadas nos últimos anos e, agora, a **reforma tributária**, que, para nós, economistas, é um assunto muito importante, a gente chama de "game changer" no médio e longo prazo para o Brasil. Tem também esse ambiente mais favorável para ativos de risco de uma forma geral. E temos de reconhecer que muitos dos riscos de cauda mais negativos do lado da política fiscal, do que se temia desde o fim do ano passado com a aprovação da "PEC de Transição", acabaram não se materializando. Se isso continua para frente vai depender muito da capacidade do governo conseguir entregar as medidas que foram discutidas até agora, tanto a reforma do imposto sobre consumo, quanto medidas do lado da renda que gerem as metas fiscais apresentadas e até o gerenciamento da política para fiscal, a dinâmica de bancos públicos, empresas estatais etc. Eu tenho uma visão um pouco mais cética, um pouco mais preocupada em relação à capacidade do governo e do Congresso de entregar toda a pauta colocada no tempo correto, até o fim do ano. Acredito que vai ser muito difícil a Fazenda conseguir entregar a meta fiscal de déficit zero no ano

que vem. Hoje, nas nossas projeções, temos um déficit primário da ordem de 0,8% do **PIB**.

Valor: Se esse cenário de um **PIB** de 1 % em 2024 começar a se materializar, medidas para fiscais podem ganhar força?

Fernandez: Esse, sem dúvidas, é um risco. Não temos no cenário uma expansão para fiscal significativa, mas isso continua no radar dos nossos riscos monitorados. Se a atividade começa a decepcionar aqui dentro, a pressão política por mais medidas fiscais, para fiscais e a própria pressão em cima do BC podem voltar a se destacar.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187627?page=1§ion=1>

Tributo "apaga" programas de ajuda e piora pobreza infantil, diz estudo

A pobreza infantil no país cresceu após os efeitos dos **impostos** indiretos, que apagam o impacto positivo dos programas transferências de renda, mostra um estudo recém-publicado pelo Banco Mundial.

A parcela da população de crianças e jovens de até 15 anos (que representam 22,3% do total do país) que vive abaixo da linha da pobreza moderada sobe de 54,2% para 56,6%, considerando esses impactos. O resultado vai na contramão do que acontece entre os idosos: neste grupo, que corresponde a 15,7% da população, a taxa de pobreza passa de 37,6% para 14,8% após a ação da política fiscal, uma queda de 22,8 pontos percentuais.

O estudo mostra que os **impostos** indiretos representam a principal contribuição para o agravamento da pobreza no país. Esse grupo tem um impacto negativo de 6,1 pontos na pobreza. Na outra ponta, a aposentadoria rural tem a maior contribuição positiva, de 4 pontos percentuais, seguida do BPC, com 1,9 ponto. Já o Bolsa Família, programa mais identificado com as crianças, reduzia a pobreza em 0,4 ponto, segundo o levantamento que usou dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad Contínua) de 2019.

"É normal que a assistência social se concentre mais nos idosos. Mesmo em países de renda mais alta, a pobreza relativa das crianças costuma ser maior que a pobreza média da população, exceção feita aos suspeitos de sempre, como a Finlândia", afirma Ricardo Campante Vale, consultor do Banco Mundial que assina o estudo com Gabriel Lara Ibarra, Maynor Cabrera e Otávio Conceição. "É um resultado conhecido das pesquisas sobre o Brasil que domicílios com crianças e idosos concentravam a maior parte da pobreza. O que nós mostramos foi que isso se reduziu entre idosos, junto com a consolidação e ampliação dos programas de transferência de renda, em especial os benefícios não contributivos, como a aposentadoria rural e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Já a atenção às crianças não caminhou igualmente."

Em linhas gerais, a pesquisa mostra que presença de ao menos um idoso eleva a renda familiar, ao passo que a presença de ao menos uma criança gera o efeito oposto, independentemente de a família ser chefiada por apenas um homem, uma mulher ou um casal.

"Hoje, a pobreza no Brasil está completamente concentrada em famílias com crianças. Eu entendo que qualquer Estado que concentre a pobreza em um grupo específico está falhando, ainda mais se tratando das crianças -que são prioridade, segundo a Constituição", afirma a economista Laura Mtiller Machado, professora do Insper.

Principal programa de transferência de renda do governo para essa faixa da população, o Bolsa Família, foi significativamente reformulado desde 2019. Naquele ano, o benefício básico partia de R\$ 89 mais um adicional de R\$ 39 para cada filho de até 15 ou R\$ 46 para cada adolescente entre 16 e 17 anos. Assim, o desembolso médio por família era de R\$ 187,79-ou R\$239,88 corrigidos pela **inflação** de hoje.

Na nova versão, o programa prevê um mínimo de R\$ 600 para cada família, mais um adicional de R\$ 150 para crianças até 7 anos e de R\$ 50 para filhos entre 7 e 18 anos. Sob os novos parâmetros, o benefício médio pago ficou em R\$ 684,17 em julho deste ano.

Para especialistas, as novas regras tomaram o programa menos eficiente, na visão de especialistas, isso porque, na atual configuração, o adicional por criança é, proporcionalmente, menor em relação ao benefício mínimo. Um casal sem filhos, exemplifica Laura, recebe R\$ 600 por mês, ou R\$ 300 por pessoa. Com um filho de seis anos e outro de oito, essa família teria direito a R\$ 800, baixando o valor a R\$ 200 por pessoa.

"O Bolsa Família atual não tem sensibilidade igual para adultos e crianças. Qualquer família que olhar para isso vai pensar duas vezes, é um desincentivo e ao mesmo tempo é injusto", diz a economista, ressaltando que essa diferença pode, inclusive, trazer consequências sobre a taxa de fecundidade brasileira no longo prazo.

Para Vale, o fato de que o valor do benefício quase triplicou sugere que o efeito sobre a pobreza acaba superando a questão da eficiência do programa. "No frígir dos ovos, é melhor ter um valor real mais alto. Só que, com todos os nossos problemas fiscais e dada a alta taxa da pobreza infantil, seria possível obter um resultado muito melhor com esse mesmo gasto", pondera.

"A pobreza no Brasil está completamente concentrada em famílias com crianças"

Laura Miiller Machado

Sobre potenciais impactos sobre a fertilidade, o pesquisador é cauteloso. Ele lembra do exemplo da Polônia, que também enfrenta uma transição demográfica acelerada - tem a segunda menor taxa de fertilidade na Europa. Lá, com o objetivo explícito de incentivar pais a terem mais filhos, o governo criou o programa "500+", que paga o equivalente a 125 por mês para cada criança a partir da segunda.

"Os resultados foram muito claros em relação à pobreza infantil. A Polônia se tornou um dos poucos países em que a pobreza delas é menor que a média nacional. Só que o efeito sobre a fertilidade ainda é incerto", nota.

Dado que o Bolsa Família em seu novo formato existe há pouco tempo, ele vê poucas chances de mudanças substanciais nas regras. Por outro lado, ressalta, existem outras formas de enfrentar o problema. "Existe uma correlação muito grande entre pobreza, em especial na primeira infância e pobreza futura, produtividade futura. Prejudica muito a capacidade do ser humano de desenvolver seu capital humano ao máximo. Isso é importante enfrentar, porque serão essas crianças que irão sustentar uma economia e uma Previdência com cada vez mais idosos no futuro."

Outra fonte de redução da pobreza, nesse sentido, envolve o acesso a escolas e creches. "Estamos discutindo a transição demográfica, mas não necessariamente isso significa já buscar imitar a Dinamarca e aumentar a licença maternidade. A gente ainda não conseguiu universalizar a pré-escola", acrescenta.

Segundo dados compilados pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV), 8% das crianças entre 4 e 6 anos brasileiras estão fora da pré-escola - a meta original, estabelecida ainda em 2009, era universalizar esse acesso até 2016. O déficit em relação à creche é ainda maior: apenas 37% das crianças de zero a três anos estavam matriculadas, quando a meta estabelecida pelo atual Plano Nacional de Educação era de chegar a 50% em 2024.

"Separando por quartis de renda, é possível ver que as mais pobres têm acesso bem mais baixo, algumas também são penalizadas por viverem na zona rural também. O Brasil tem feito pouco por essas crianças e elas têm um perfil muito claro: vêm de famílias pretas, têm mães mais jovens e com menor escolaridade. São vulnerabilidades que se agregam", diz Beatriz

Abuchaim, especialista em educação infantil e gerente da FMCSV. "É preciso melhorar esse acesso privilegiando essas crianças e também lutar pela qualidade dessa inclusão, dar condições de implementação da base nacional comum curricular."

Mariana Luz, CEO da fundação, observa que o país vem evoluindo em como tratar e promover o tema institucionalmente, como mostra a recente aprovação da lei que torna agosto o mês da Primeira Infância no Brasil e também a recomposição dos orçamentos destinados ao tema pelo novo governo. Ela nota, no entanto, que ainda é preciso construir melhor a governança em relação às ações direcionadas à primeira infância e cobra uma "recalibragem" das prioridades do país em direção a ela.

"O Plano Plurianual (PPA) que vigora até o fim deste ano tinha como única prioridade esse tema. Neste novo PPA que está sendo discutido, que vai até 2027, precisamos manter essa prioridade e não deixar ele ser novamente tratado junto com a questão da criança e adolescente, já que, como sabemos, existe toda essa especificidade e essa potência como causa raiz dos desafios da sociedade", defende, citando o trabalho do economista James Heckman. Os estudos do americano, ganhador do prêmio Nobel em 2000, sugerem um retorno de US\$ 7 para a sociedade para cada dólar investido na primeira infância.

Presidente da Fundação Itaú, Eduardo Saron, lembra que o envelhecimento da população brasileira é algo que já estava no horizonte. Desde 2019, exemplifica, o Rio Grande do Sul estima que tem mais habitantes acima de 60 anos do que jovens até 14 anos.

Para lidar com os efeitos econômicos dessa mudança demográfica, ele também defende priorizar a educação. "É urgente, por exemplo, acelerar a implantação das escolas em tempo integral. Um estudo que nós fizemos mostra que crianças podem sair do nono ano do ensino fundamental com 7.124 horas a mais que no ensino regular, o que equivale a 7,9 anos adicionais." Saron nota, neste caso, que também é preciso melhorar a governança em relação ao tema, em especial diante de desafios como a implementação do Novo Ensino Médio e do ensino técnico. "Não é um desafio apenas do governo federal. Se estados e municípios não estiverem articulados, não vamos dar a resposta necessária a essa questão demográfica."

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187627?page=1§ion=1>

Reforma tributária: imposto do pecado deve ser criado em 2027, com alíquota cheia

Por **Lais Carregosa, Ana Paula Castro, Alexandro Martello, g1 e TV Globo - Brasília**

O governo pretende criar o "imposto do pecado" sobre itens nocivos à saúde e ao meio ambiente em 2027, já com a alíquota cheia (alíquota total, sem ser o valor de transição).

A informação é do secretário extraordinário para a reforma, Bernard Appy, em entrevista ao g1 e à TV Globo. O prazo não está claro no texto da **reforma tributária**.

Também chamado de imposto seletivo, o imposto do pecado vai onerar alguns produtos considerados prejudiciais. O tributo vai substituir o IPI (imposto sobre produtos industrializados), que incide na importação e na saída dos produtos manufaturados nas fábricas.

"Imposto seletivo em 2027 provavelmente vai alíquota cheia também, não está definido necessariamente. Mas, como você zera o IPI para todos os produtos que não são fabricados na Zona Franca, muito provavelmente ele vai ficar com alíquota cheia", afirmou.

O texto da reforma não estabelece um prazo para a criação do imposto seletivo. Está previsto apenas que o tributo fará parte da base de cálculo dos **impostos** ICMS (estadual), ISS (municipal), PIS e Cofins (federais) --que serão extintos com a reforma.

Isso significa que o "imposto do pecado" já poderá ser implementado durante o período de transição da reforma.

Segundo Appy, a ideia do governo é criar o imposto em 2027, com alíquota cheia sobre alguns produtos, e fazer a transição até 2033.

O imposto seletivo tem a intenção de desestimular o consumo de produtos como cigarro e álcool, que serão sobretaxados. Mas a lista com os produtos vai ser regulamentada só depois da aprovação da reforma.

Segundo cronograma do Ministério da Fazenda, a lei ordinária que vai regulamentar o imposto seletivo será publicada entre 2024 e 2025.

A proposta da **reforma tributária** prevê a unificação

de cinco **tributos**. Os **impostos** que serão unificados são:

Esses **tributos** deixariam de existir e seriam criados dois **impostos** sobre valor agregado, os IVAs: um seria gerenciado pela União e outro teria gestão compartilhada por estados e municípios.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/08/10/reforma-a-tributaria-imposto-do-pecado-deve-ser-criado-em-2027-com-aliquota-cheia.ghtml>

Alíquota-padrão do IVA pode chegar a 27%

Estudo apresentado, na terça-feira (8), pelo Ministério da Fazenda aponta que a alíquota-padrão do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) poderá chegar a 27%, caso o Senado aprove o texto da **reforma tributária** exatamente como saiu da Câmara dos Deputados, com tratamento favorecido a diversos setores.

O estudo, elaborado a pedido do senador Eduardo Braga (MDB-AM), indicado para relatar a matéria na Casa, traça, em oito hipóteses diferentes, as possibilidades de alíquota para cenários "factíveis" e "conservadores".

O exercício feito pelos técnicos da Fazenda tem como premissa a manutenção da atual carga tributária - medida como proporção do Produto Interno Bruto (**PIB**) - incidente sobre o consumo de bens e serviços.

"Ao longo da transição, o Senado fixará alíquotas-padrão de referência para o IBS e para a CBS, de modo a manter a carga tributária. Ou seja, as alíquotas-padrão serão fixadas de modo a que a arrecadação do IBS, da CBS e do Imposto Seletivo seja a mesma que a arrecadação de PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS como proporção do **PIB**", diz o documento. A carga dos cinco **tributos** atuais considerada nas projeções é de 12,45% do **PIB**.

O estudo parte de um "cenário-base", que considera, além da chamada alíquota-padrão, a manutenção do Simples e do tratamento favorecido à Zona Franca de Manaus, além dos regimes específicos de tributação de caráter técnico, que incluem combustíveis e lubrificantes; serviços financeiros; operações com bens imóveis; planos de assistência à saúde; concursos de prognósticos; operações de cooperativas e compras governamentais. Neste cenário, a alíquota "factível" ficaria em 20,73%, enquanto a "conservadora" seria de 22,02%.

A elaboração dos dois tipos de cenário, segundo o documento, é necessária, porque os cálculos precisam considerar o chamado "hiato de conformidade", um termo técnico usado quando se faz projeção de alíquotas para incluir possíveis perdas de receita em virtude de fatores como sonegação de **impostos** ou elisão fiscal.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/?numero=6215&edicao=129738>

FNP se reúne com Pacheco para discutir itens da reforma tributária

Com o objetivo de apresentar as demandas das médias e grandes cidades e aprimorar o texto da **Reforma Tributária**, o prefeito de Campinas, Dário Saadi (Republicanos), esteve em Brasília na última terça-feira para participar de reunião com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), e com o relator da Reforma, senador Eduardo Braga (MDB). O encontro foi articulado pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e contou com a participação de dirigentes da entidade.

Na audiência, a FNP apresentou propostas para reduzir os impactos da reforma para os municípios que têm o Imposto sobre Serviço (ISS) como uma das principais fontes de recursos. "A transformação do ISS para o IBS com a aprovação do texto atual da **Reforma Tributária**, onde o município perde a sua auto nomia, é um risco muito grande e preocupante", disse o chefe do executivo campineiro, que também é vice-presidente em Saúde da FNP.

O tributo é a principal fonte de arrecadação de Campinas, representando cerca de 20% do orçamento. Este ano, a previsão é que a Prefeitura arrecade entre R\$ 1,7 e R\$ 1,8 bilhão com o ISS. Dário explicou que a FNP está pensando no futuro do país. "Por mais que a reforma queira simplificar a tributação no Brasil, ela vai concentrar poder na União, ao mesmo tempo em que vem descentralizando suas atribuições para os municípios, como o investimento cada vez maior que as cidades têm que fazer na Saúde", justificou.

Mesmo a reforma não afetando os atuais mandatos, já que a previsão é que as mudanças ocorram a partir de 2029, a FNP está preocupada com o futuro dos municípios. "Você pode criticar o ISS, sobre valores de alíquotas para determinados serviços, mas não a essência do imposto municipal que sustenta serviços públicos que não são amparados 100% pelo Governo Federal, como o Sistema Único de Saúde", reforçou o prefeito de Campinas.

Durante a reunião, Pacheco garantiu aos dirigentes da FNP que a Casa está aberta ao diálogo e haverá ajustes para que municípios não percam recursos com a **reforma tributária**. O relator do texto, Eduardo Braga, afirmou que "as cidades precisam ter tranquilidade para poder trabalhar e para isso precisam de **tributos** e de recursos da **reforma**

tributária".

Site:

<https://correiodigital.rac.com.br/jornal2.php?id=2023-08-10>

Braga apresenta plano de trabalho da reforma tributária na próxima quarta

Designado oficialmente relator da **reforma tributária** na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) nesta quarta-feira (9), o senador Eduardo Braga (MDB-AM) informou que apresentará o plano de trabalho para as discussões e votação da matéria na próxima quarta-feira (16).

"Na próxima quarta-feira, portanto, mais um passo será dado na questão da **reforma tributária**. Na terça-feira (8), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, entregou o primeiro trabalho (...), o estudo do impacto da alíquota do texto aprovado pela Câmara dos Deputados", informou.

O primeiro estudo do Ministério da Fazenda foi apresentado na terça-feira (8) após pedido do próprio relator. O documento detalha os impactos e a previsão da alíquota-base que vai incidir sobre consumo e serviços. Se não houver redução, a previsão da alíquota somada dos dois novos **impostos** será de 20,7%, na expectativa factível, e de 22%, de forma conservadora. Para Braga, os dados serão importantes para que o Senado produza um texto equilibrado.

"O Brasil aguarda a manifestação do Congresso e do Senado da República para termos uma reforma equilibrada do ponto de vista federativo, neutra do ponto de vista da carga tributária e que seja simplificadora desse "manicômio tributário" que o Brasil possui".

Braga informou ainda que serão apensados ao texto aprovado pela Câmara outras duas propostas de emenda constitucional: a PEC 110/2019, de autoria do presidente da CCJ, Davi Alcolumbre (União-AP), e a PEC 46/2022, do senador Oriovisto Guimarães (Podemos -PR).

"Estaremos trabalhando em um relatório que vai fazer a união desses conceitos em torno da **reforma tributária**", disse o senador.

O senador Efraim Filho (União-PB) também saudou a indicação de Eduardo Braga e disse que o relator da **reforma tributária** poderá contar com a colaboração do grupo de trabalho criado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para se somar às discussões e análises do texto no Senado, sugerindo a realização de algumas audiências conjuntas.

Site: <https://d24am.com/wp-content/uploads/2023/08/e717106246e7fa07b5dd481290f6bba13c14537159501bb2aac8f90f0694b3f.pdf>

Arthur Lira volta a defender reforma administrativa

Edla Lula

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-PB), voltou a defender, ontem, a discussão da reforma administrativa como saída para o governo colocar as contas públicas no azul.

Ele também se mostrou cético em relação a medidas como taxaço de empresas que aplicam em fundos offshore (no exterior) ou fundos exclusivos como alternativa para ampliar a arrecadação, ao contrario do que defende o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

"Há duas maneiras de equilibrar as contas, ou aumenta a arrecadação ou diminui as despesas", apontou Lira. Do lado da arrecadação, segundo ele, diversas medidas aprovadas este ano ajudarão a engordar a receita, mas não serão suficientes para resolver o deficit fiscal. Ele citou o projeto de lei que restaurou o voto de qualidade do governo no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, o que, segundo Lira "permitirá ao contribuinte ter o jogo mais claro e para a **Receita Federal**, uma arrecadação que só de uma estatal, a Petrobras, será de R\$ 50 bilhões.

Por outro lado, o parlamentar opinou que o governo terá que "forçosamente" entrar na discussão da reforma administrativa até o final do ano. "Quando se instituiu o teto de gastos, havia quatro reformas estruturais previstas - previdenciária, trabalhista, tributária e administrativa. Só vamos ficar com três?", indagou, ao falar a investidores no evento MB Experience, promovido pela Monte Bravo Investimentos.

Em relação a novas propostas que a equipe econômica pretende enviar ainda em agosto, como a cobrança do Imposto de Renda dos fundos exclusivos, chamados fundos dos super ricos, Lira, mais uma vez, se mostrou reticente, ao dizer que "a gente não pode abrir 10 flancos ao mesmo tempo". Temos que continuar aumentando a arrecadação sem aumentar **impostos**." Ao invés disso, o presidente da Câmara defendeu a aprovação de "decisões que são fáceis e estão prontas", como a regulamentação dos jogos online, encaminhada recentemente para aprovação no Congresso. Ele citou projeções que apontam para uma arrecadação de R\$ 10 bilhões a mais por ano com

esta regulamentação.

"Para o governo fechar a conta dele, nós temos diversas alternativas.

O Ministério da Fazenda defende a votação dos offshores, o juro de capital próprio e outras medidas nesse sentido. (A Fazenda defende) fazer uma discussão que a Câmara fez lá atrás. Foi para o Senado e está lá parada há um ano e tanto", comentou o parlamentar, para quem o debate sobre esse tema será mais demorado.

Lira comentou ainda que é preciso ter cuidado para que não haja "uma erosão de base da nossa economia", com investidores tirando recursos do Brasil para outros países. Ele disse isso ao comentar a aprovação, na terça- feira, da medida provisória 1.172/23 que, entre outras coisas, trata da taxaço dos investimentos em fundos offshore. Lira disse que ainda não teve acesso às 17 mudanças que foram feitas no texto original, vê o tema como "um assunto um tanto delicado" do ponto de vista político. "A gente tem cuidado para fazer sempre uma linha d'água para que as pessoas possam se programar e não expulsar o dinheiro do Brasil, provocando uma erosão de base na economia. Tem que ter cuidado, planejamento equilíbrio." (EL)

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/08/10/all.pdf>

Lira defende reforma no serviço público

BRASÍLIA

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou ontem que "o Brasil não pode ter medo de fazer a reforma administrativa" e disse que o governo precisará iniciar os debates sobre o tema até o final deste ano, "ainda que de maneira forçada".

Em evento privado em Brasília, Lira defendeu que esta é a única forma de controlar o balanço entre arrecadação e despesas e se mostrou disposto a conduzir os diálogos sobre o tema.

"Eu não estou pautando, mas há duas maneiras de se equilibrar suas contas: ou aumenta a arrecadação ou diminui as suas despesas", disse Lira, acrescentando que a reforma administrativa está pronta.

"Não sou o senhor reformas, mas o Brasil já fez três reformas, falta a quarta. Essa não mexe no direito adquirido. Há um corte temporal, vamos tratar de mudanças para os novos entrantes no serviço público. Eles saberão que as regras são outras. Vivemos era um Brasil complexo^ que reage e é forte e precisamos equilibrar os pratos", disse.

Lira criticou os debates sobre aumento dos **impostos**, enquanto a **reforma tributária** não tiver sido concluída. "Precisamos aumentar a arrecadação sem aumentar imposto", disse, sugerindo regulamentar cassinos e jogos.

Queda da Selic ajuda expectativas, mas não altera crédito no curto prazo

Mariana Ribeiro e Álvaro Campos De São Paulo

O início do ciclo de cortes da Selic, mesmo que em um ritmo acima do esperado, deve ter pouco efeito prático sobre o crédito no curto prazo. Porém, o impacto sobre as expectativas dos agentes econômicos não pode ser desprezado, avaliam especialistas e participantes do mercado.

Depois de crescer 15% ao ano entre 2020 e 2022, o crédito deve desacelerar para perto de 8% neste ano. E, se a queda da taxa básica de juros não muda muita coisa agora, pelo menos as projeções mais sombrias do começo do ano, de uma alta muito forte da inadimplência, incluindo de empresas - na esteira do episódio Americanas - ficaram para trás.

No caso dos empréstimos a empresas, muitas operações são vinculadas ao CDI e, com a queda da Selic para 13,25% ao ano e o reflexo nos juros futuros, o custo cai imediatamente e alivia a despesa financeira das companhias. No caso da pessoa física, no entanto, o estoque de crédito é praticamente todo com taxas prefixadas, sem efeito do corte atual dos juros. Para as concessões de recursos daqui para a frente, diferentes fatores influenciam os preços praticados, passando por particularidades de cada linha e perfil de risco dos clientes.

Ainda assim, algumas instituições já anunciaram reduções nos juros.

Minutos após o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central divulgar, na semana passada, uma redução de 0,5 ponto percentual na Selic, para 13,25% ao ano, o Banco do Brasil (BB) e a Caixa anunciaram uma queda nos juros em algumas linhas de crédito para pessoa física e jurídica. No caso do BB, houve corte em crédito consignado, automático, salário, benefício, renovação e antecipação do 13o salário. Na pessoa jurídica, as reduções atingiram produtos como desconto de títulos, capital de giro e conta garantida. A Caixa anunciou que reduziu os juros do crédito consignado para beneficiários e pensionistas do **INSS**.

Nesta semana, durante a divulgação dos resultados do segundo trimestre, o presidente do Itaú, Milton Maluhu Filho, deixou claro que, no varejo, as decisões de repasse de corte de juros consideram critérios diversos, como as características de cada portfólio e

perfil de risco dos clientes. Já no caso do atacado, o repasse para grandes e médias empresas é, em geral, automático, porque o financiamento é pós-fixado, comentou.

"Parte importante do nosso portfólio é impactada no momento zero da decisão." Cada linha do varejo tem a sua dinâmica, disse o executivo. Ele observou que muitas vezes o que dirige as taxas do segmento não é a Selic à vista, mas a curva de juros, sobretudo para os empréstimos de mais longo prazo, como financiamento de veículos e imobiliário.

Segundo ele, o repasse se dará à medida que as taxas longas forem se fechando. Isso deve ocorrer em função de fatores como um melhor ambiente econômico, a sinalização positiva vinda do marco fiscal e da manutenção da meta de **inflação**, acrescentou.

Em relatório divulgado na semana passada, a Moody's afirmou que, entre os cinco grandes bancos, Caixa, BB, Bradesco e Santander têm mais da metade do portfólio de crédito composto por empréstimos de longo prazo a consumidores, que têm, em grande parte, taxas prefixadas.

Isso faz, inclusive, com que as margens dessas instituições sejam mais beneficiadas pelo início do ciclo de corte de juros. Na outra ponta, Itaú tem portfólios mais concentrados em empréstimos para as empresas, principalmente de taxas flutuantes.

Na semana passada, o presidente do Bradesco, Octavio de Lazari Jr., disse que, após a decisão do Copom, a instituição está avaliando a possibilidade de reduzir os juros em diferentes linhas de crédito.

"Lembrando que há operações em que as taxas de juros ficaram restritas, ou congeladas, e com a subida da Selic a margem nas operações era muito pequena, se tiver inadimplência, menor ainda", afirmou. "Então, a gente está revisando linha por linha das operações de crédito e certamente naquelas que tiver oportunidade, até para fomentar crescimento do crédito, a gente vai reduzir sim." Ele afirmou que, apesar de o corte da Selic ser pequeno, traz um "novo ânimo" para o mercado e "não há dúvida de que o ciclo de redução da taxa de juros está contratado". O Santander disse apenas que está avaliando

internamente a redução das taxas.

A economista e professora de cursos de MBAs da FGV Carla Beni observa que a redução da taxa Selic, pelo menos em um primeiro momento, deve ter pouco efeito prático sobre o crédito, mas a sinalização do BC é importante. "A economia vive de expectativas e entrar em um ciclo de queda de taxas de juros é uma mudança de perspectiva para o setor produtivo." Para ela, tão importante quanto a decisão do Copom serão as sinalizações feitas nas próximas reuniões.

A economista frisou que a Selic é apenas um dos fatores que influenciam o spread bancário - a diferença entre a taxa de juros cobrada pelas instituições financeiras nos empréstimos e a taxa que os bancos pagam na captação de recursos. "Entra despesa administrativa, imposto direto, indireto, inadimplência e lucro", disse. Assim, não há relação automática entre taxa básica de juros e os percentuais praticados nas operações de crédito.

Beni afirmou acreditar ainda que, além dos bancos públicos, outras instituições - como bancos digitais, por exemplo - devem anunciar redução nos juros em algumas linhas como parte, inclusive, de uma estratégia comercial.

Questionado, o Nubank não respondeu se estuda cortes.

Para Alexandre Aoude, sócio fundador e CEO da Vectis Gestão, se no começo do ano as projeções para o desempenho do crédito se comparavam a um aluno sendo reprovado na escola, agora ele conseguiu chegar à média para passar de ano. Mas isso não significa que as notas estejam boas.

"Acho que o pior já passou, aquele cenário catastrófico que se projetava a gente conseguiu evitar. Mas a queda de juros demora para chegar na economia real e ainda tem muitas empresas sofrendo.

Muitas ainda precisam fazer um trabalho de desalavancagem." Aoude destacou que os mercados de capitais têm uma perspectiva muito mais positiva para o segundo semestre e que, com a queda de juros, muitos investidores já começam a realocar seu portfólio.

Para o gestor, fatores como a aprovação do novo arcabouço fiscal, **reforma tributária** e melhora no rating soberano melhoraram o cenário. Ao mesmo tempo, o contexto internacional também melhorou.

"Por outro lado, boa parte do mundo ainda está com juros subindo, então a concorrência para o Brasil atrair recursos é alta." Nicola Tingas, economista-chefe da

Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi), ressaltou que, mesmo com a queda da Selic, a política monetária segue restritiva e o endividamento das famílias, em níveis muito altos. Para ele, caso a agenda do governo avance no Congresso nas próximas semanas, pode haver uma melhora adicional nas expectativas dos agentes econômicos e o crédito viraria o ano com perspectivas mais alvissareiras. "O grande efeito é para 2024, não 2023." Ainda assim, ele disse que o segundo semestre tende a ser mais positivo e que o Desenrola poderia contribuir para dar um alívio no orçamento dos consumidores. "O brasileiro é muito ansioso. Ele não espera suas contas sanarem inteiramente.

Abriu uma folguinha no orçamento, ele já volta a consumir.

Se o governo conseguir fundos para o PAC, isso tudo pode gerar um cenário mais positivo para o restante do ano. Mas não dá para alterar substancialmente as projeções atuais para o crédito em 2022."

"Acho que o pior já passou, aquele cenário catastrófico que se projetava a gente conseguiu evitar" Alexandre Aoude

"Entrar em um ciclo de queda de taxas de juros é uma mudança de perspectiva para o setor produtivo" Carla Beni

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187627>

"Acelerar corte no juro por pressão política gera risco de inflação"

Nathalia Garcia

Se os diretores do Banco Central defenderem cortes mais intensos de juros na próxima reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) por pressão política, ignorando os fundamentos elencados na última ata, haverá sério risco para **inflação**, alerta Carlos Kawall, ex-secretário do Tesouro Nacional.

Em entrevista à Folha, o economista ressalta que o documento divulgado na terça (8) delimitou condições objetivas a serem avaliadas pelos membros do colegiado na definição dos próximos passos. Para ele, desrespeitar tais critérios seria uma oportunidade perdida de fazer um processo de flexibilização monetária sem ruídos.

"Comunicação hoje é a alma da política monetária. Não só o movimento em si, mas aquilo que sinaliza à frente."

Kawall afirma também ver o voto do presidente do BC, Roberto Campos Neto -que sacramentou a redução de 0,5 ponto percentual da taxa básica (Selic), a 13,25% ao ano, em uma decisão dividida (5 a 4),-, como parte de uma tentativa de assegurar a convergência do grupo nas reuniões seguintes.

*

Divisão do Copom

Uma pesquisa pré-Copom feita pela XP tinha um percentual de 60% a 40% a favor do [corte de] 0,25 [p.p.]. Das 121 pessoas que participaram, só uma optou pelo [corte de] 0,5 [p.p.] com o placar de 5 a 4. Achei uma amostra bem eloquente de quão inesperada foi do ponto de vista do mercado.

De trás para frente, já com o benefício da ata, se vê que tem elementos que corroboram tanto o [corte de] 0,5 [p.p.] quanto [de] 0,25 [p.p.]. Quando a votação não unânime aparece no **comunicado**, quem divergiu achou por bem deixar isso claro.

Não é que o ruído tenha sido ligado à divergência, mas muito mais pelo placar dividido e pelo fato de que no final quem decidiu a reunião foi o Roberto Campos Neto, que optou pelo [corte de] 0,5 [p.p.], seguindo o voto dos dois diretores que estreavam no Copom e

não o grupo de diretores que ele mesmo havia indicado.

Estratégia do presidente do BC

Entendo que tem um fundamento técnico [na opção pelo corte de 0,5 p.p.]. Houve ali, eventualmente, na hora de definir entre os dois grupos, um pensamento no sentido de ir pelo movimento mais ousado, garantindo que daqui para frente essa divisão vai estar superada, pelo menos num futuro previsível, que esse grupo está disposto a caminhar até o final do ano dentro de uma determinada lógica de cortes de 0,5 [p.p.] desde que não haja um grande progresso do lado das expectativas, serviços, tudo aquilo que eles alinharam.

Houve a tentativa de uma costura política nesse sentido, inclusive levando em conta que isso eventualmente mitigaria ruído dentro do governo, com o Ministério da Fazenda? Acho que sim. Mas não significa que está fazendo algo irresponsável.

Cenário fiscal brasileiro

Nós temos uma grande dificuldade em produzir a convergência das metas por causa do gasto excessivo. Vem do governo Bolsonaro -desde 2021, em especial. E agora, dentro desse novo arcabouço, com crescimento real do gasto muito acima daquilo que a economia está crescendo. Isso é negativo do ponto de vista fiscal e prejudica a atuação da política monetária. Leva a gente a ter um juro real de equilíbrio maior.

O arcabouço fiscal é insuficiente por causa da dependência que ele tem de aumento de receitas. Até agora, o que o governo tem colocado como aumento de receitas que eventualmente garantiria o superávit zero no ano que vem não foi convincente.

O que estamos vendo inclusive a cada revisão bimestral do Tesouro das previsões de receitas e despesas deste ano: o déficit [fiscal] previsto está subindo. Quando foi anunciado o arcabouço, se falava que neste ano deveria ser um déficit de 0,5% do **PIB**, está muito acima disso agora, o próprio ministro [Fernando Haddad] falou em -1% [do **PIB**]. Já não parece factível.

Passos futuros do Copom

O importante agora é observar daqui até o próximo Copom esse comprometimento que se colocou de que não é provável uma aceleração da queda [de juros], porque temos ainda elementos de preocupação do ponto de vista do processo de convergência da **inflação**.

Na ata, foi importante eles dizerem que isso dependeria da intensidade de três movimentos. Um é o processo mais rápido de ancoragem, ou seja, a gente estacionou nas [expectativas de] inflações de 2025 e de 2026 nos 3,5%. Se houver movimento significativo na direção de 3%, isso seria positivo para poder acelerar o ritmo de corte de juros.

Além disso, a maior convicção de convergência da **inflação** de serviços, que, nas últimas leituras, voltou a subir na ponta E, por último, a questão do hiato do produto. Se a gente tivesse um enfraquecimento da economia adicional ou um mercado de trabalho que sinalizasse uma distensão do nível de atividade, também ajudaria no processo de desinflação.

A se observar o progresso dessas três variáveis. Acho que fica difícil para o Copom na próxima reunião a ideia de aceleração [do corte da Selic]. Isso posto, deveríamos ter um corte de 0,5 [p.p.] unânime dessa vez [em setembro].

Pressão por cortes mais agressivos

Se nos aproximarmos do Copom, as pressões começarem novamente e houver da parte de diretores que votaram por 5 [p.p.] uma defesa de um corte maior sem ter o fundamento que eles próprios colocaram na ata, vamos ter um sério risco de desancoragem das expectativas de **inflação**.

A dificuldade de desinflacionar aumenta e complica tudo.

Entendi que a decisão do Copom, especialmente do presidente [Campos Neto] foi muito na linha de "vamos nos dar o direito de divergir hoje para convergir nas próximas reuniões", tentando contrariar um menor grau de ruído à frente.

Se isso não der certo, significa que não há um compromisso dos novos diretores e eventualmente dos futuros escolhidos no final do ano em ter uma política monetária que realmente busque a convergência [da **inflação** à meta], mas uma política monetária que é mais leniente com a **inflação**, como a gente viu no passado e sabe que não dá certo ao longo do tempo.

Nada garante que isso não vá ocorrer. Vamos aguardar as próximas semanas para avaliar, inclusive nos pronunciamentos dos novos diretores, em especial do Gabriel Galípolo.

Para quem apostava no [corte de] 0,25 [p.p.] como eu, a decisão [de cortar 0,5 ponto] é plausível. Mas a comunicação hoje é a alma da política monetária. Não só o movimento em si, mas aquilo que você sinaliza à frente.

Tamanho do ciclo de cortes

Isso é bem complexo. Qual é o juro de equilíbrio hoje? É 4%, 4.5%. 5%? Qual vai ser a expectativa de **inflação** daqui a 12 meses? Quando a gente deve estar chegando mais perto do fim do ciclo? A expectativa de **inflação** vai ser 3%, 3,5% ou 4%? A economia já estará próxima de um equilíbrio ou o nível de atividade vai estar ainda acelerado por conta do gasto fiscal?

No nosso cenário, a gente tem Selic de 11,75% no final do ano, chegando em setembro de 2024 a 9%. Pode ser um pouco antes eventualmente.

Mercado vai testar corte de 0,75 ponto neste ano, diz economista-chefe do BTG

O economista-chefe do BTG Pactual, Mansueto Almeida, disse nesta quarta (9) que o Banco Central iniciou da maneira correta o ciclo de corte da Selic, mas afirmou que o problema de já começar com redução de 0,5 ponto percentual fará com que o mercado questione uma queda de maior magnitude, de 0,75 ponto. "Em algum momento o mercado vai fazer essa aposta. Com muito mais convicção, talvez para a última reunião do ano" afirmou.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50364&maxTouch=0&anchor=6481385&pd=beea1b75bd0f67fa842dc0247ffe8295>

Desoneração da folha

A prerrogativa de as empresas dos 17 setores mais intensivos em mão de obra no País optarem, no pagamento da Contribuição Previdenciária Patronal, por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre o montante dos salários, é fundamental para a garantia do emprego de milhões de pessoas. Por isso, é premente que a chamada desoneração da folha de pagamentos, vigente até o final deste ano, seja prorrogada a partir de janeiro de 2024 até 31 de dezembro de 2027, conforme prevê o Projeto de Lei 334/2023, já aprovado pelo Senado.

Considerado o caráter crítico da questão, é preocupante o posicionamento sinalizado pelo governo contrário à prorrogação da medida via legislação ordinária e favorável à sua inclusão na segunda parte da **reforma tributária**, referente aos **impostos** sobre a renda. Por mais louvável que seja a intenção de tomar o modelo definitivo por meio de emenda constitucional e da possibilidade aventada pelo Ministério da Fazenda de incluir nela a ampliação da desoneração para salários de até três ou cinco mínimos, o Brasil não pode esperar.

Governo estuda manobra para pagar precatórios em dia sem estourar meta

Idiana Tomazelli

O Ministério da Fazenda estuda uma manobra para voltar a pagar dia suas dívidas judiciais, os chamados precatórios, sem estourar os limites do novo arcabouço fiscal nem precisar mudar as metas para as contas públicas já sinalizadas pelo governo e que incluem zerar em 2024 o déficit primário (que desconsidera despesas com juros da dívida pública).

Segundo interlocutores ouvidos pela Folha, a equipe econômica discute incluir em uma PEC (proposta de emenda à Constituição) a possibilidade de classificar parte dos precatórios como uma despesa financeira. Isso deixaria o gasto fora do alcance do arcabouço e da meta de resultado primário, embora continue afetando o quadro fiscal ao impulsionar o endividamento do país.

As despesas financeiras incluem hoje o pagamento de juros a investidores e o resgate de títulos da dívida pública.

São diferentes das despesas primárias, que ajudam a promover os serviços públicos e incluem gastos com pessoal, benefícios sociais, custeio da máquina e boa parte dos investimentos.

Como os precatórios são passivos que envolvem folha de pagamento, benefícios previdenciários ou ações de custeio, eles também são considerados despesa primária. A única diferença é que foram reivindicados pela via judicial.

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) quer regularizar essas dívidas, represadas após uma emenda constitucional aprovada no governo Jair Bolsonaro (PL) limitar seu pagamento com o objetivo de abrir espaço no Orçamento de 2022 para turbinar gastos em ano eleitoral. A medida foi apelidada por críticos de "PEC do Calote".

Sob as regras atuais, porém, a retomada do fluxo regular de precatórios piora o resultado primário e reduz o espaço disponível para gastos no novo arcabouço -consequências que a Fazenda quer evitar num momento em que diferentes agências de classificação de risco melhoram a avaliação do Brasil com base no compromisso fiscal do governo.

Para driblar o problema, a ideia é dar tratamento contábil diferenciado aos precatórios pagos acima do limite vigente. O dispositivo seria incluído na PEC que vai mexer nos mínimos constitucionais de Saúde e Educação. Se o plano for adiante, esse montante das dívidas judiciais passará a ser carimbado como despesa financeira.

Dessa forma, o governo poderia quitar o valor integral de dívidas judiciais, reportado pelos tribunais a cada ano, sem precisar mudar a meta fiscal, gesto que poderia ser mal recebido pelo mercado e pelas agências internacionais.

A proposta vem sendo discutida sob reserva entre Haddad e seus auxiliares e ainda está em construção - por isso, pode sofrer alterações. Procurado pela reportagem desde a manhã de terça-feira (8), o Ministério da Fazenda não se manifestou.

Críticos apontam nos bastidores que a manobra pode ser vista como uma reedição da contabilidade criativa adotada em gestões passadas do PT, que contribuiu para corroer a credibilidade da política fiscal. A medida permitiria ao governo maquiagem para entregar a qualquer custo a meta prometida.

Na segunda-feira (7), o governo propôs uma mudança no PLDO (projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2024 que também foi interpretada como uma manobra de risco.

O Executivo encaminhou uma mensagem pedindo aval do Congresso para excluir da meta fiscal R\$ 5 bilhões em despesas de estatais federais no âmbito do novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). A ideia acendeu o alerta entre especialistas porque a meta das estatais pode ser usada para compensar eventual frustração no esforço fiscal a ser perseguido pelo governo.

A discussão sobre os precatórios pode resultar num drible ainda maior. A regra que restringe o pagamento das dívidas judiciais vale até o fim de 2026, e o fluxo anual tem sido constantemente maior do que o limite disponível, levando ao acúmulo desse passivo.

Um ofício do Ministério do Planejamento e Orçamento obtido pela Folha estima que o estoque de precatórios não pagos em anos anteriores alcançará R\$ 68,4

bilhões em 2024 com atualização monetária. Já o fluxo de novas dívidas judiciais seria de R\$ 49,7 bilhões no ano que vem, ante um espaço de R\$ 17,9 bilhões.

Pela regra atual, a diferença de R\$ 31,8 bilhões será incorporada ao saldo devido pelo governo.

O impasse dos precatórios tem preocupado a equipe econômica em meio a alertas de diferentes órgãos do Executivo.

O Tesouro Nacional avisou que, sem mudanças, o passivo acumulado pode alcançar até R\$ 200 bilhões, a serem quitados integralmente em 2027. O órgão adotou como premissa a exclusão dessa despesa da limitação de despesas do arcabouço fiscal, mas isso não resolveria o resultado primário. Mesmo num cenário de alta na arrecadação, o desembolso levaria o governo a registrar um déficit de 1,1% do **PIB** (Produto Interno Bruto) no ano de regularização.

Já o Ministério do Planejamento informou que todas as pastas podem ter suas despesas discricionárias (que incluem custeio e investimentos) zeradas em 2027 se não houver uma solução antes disso. A falta de verba não pouparia sequer a área da Saúde.

Além do risco envolvido na mudança da classificação contábil dos precatórios, o formato da proposta em discussão também chama a atenção. É bastante incomum incluir na Constituição, lei máxima do país, normas de contabilidade pública, geralmente tratadas em legislação ordinária ou manuais técnicos.

Propor a alteração por PEC indica mais uma tentativa de amarrar o entendimento do Banco Central -órgão responsável pelas estatísticas oficiais das finanças públicas brasileiras. É o BC que calcula o resultado primário para fins de verificação do cumprimento da meta fiscal.

O governo já tentou iniciativa semelhante no resgate de R\$ 26 bilhões abandonados por beneficiários no Fundo PIS/Pasep, mas o tema acabou abrindo uma divergência com o BC.

A emenda constitucional 126, aprovada na transição de governo, diz que os recursos devem ser "apropriados pelo Tesouro Nacional como receita primária".

Com base nesse artigo, o Ministério do Planejamento incluiu a verba como receita primária no Orçamento de 2023, o que ajudou a reduzir o déficit -que, ainda assim, está estimado em R\$ 145,4 bilhões, longe da promessa de cerca de R\$ 100 bilhões feita por Haddad no início do ano.

O BC, por sua vez, entende que o saque das contas do Fundo PIS/Pasep não representa "esforço fiscal" e, por isso, não serve para reduzir o rombo das contas em 2023.

Como mostrou a Folha, a instituição considera que a transação "aumenta os ativos financeiros da União, mas não impacta o resultado primário, sendo considerada, do ponto de vista dos fluxos, como um ajuste patrimonial". Na prática, o déficit é R\$ 26 bilhões maior aos olhos do BC.

As classificações feitas pelo Banco Central obedecem a padrões internacionais. Isso evita a aprovação de metodologias distintas nos diversos países, ao sabor de preferências políticas, o que colocaria em risco análises e comparações.

Ainda assim, uma ala do governo entende que o trecho da emenda constitucional sobre o Fundo PIS/Pasep também condiciona o entendimento do BC. Por isso, a nova PEC em discussão é vista como mais uma tentativa de vincular a interpretação da instituição.

Entenda o impasse dos precatórios

O que fez a PEC dos Precatórios?

A proposta criou um limite anual para o pagamento de dívidas judiciais. A exemplo do mecanismo do teto de gastos, o texto toma como base o valor repassado a essas sentenças em 2016 e prevê sua atualização pela **inflação** do período

O montante excedente é adiado para pagamento nos anos seguintes, conforme uma espécie de fila de dívidas-que cresce à medida que novos valores surgem a cada ano

Quando ela foi aprovada?

Em 2021, ainda no governo Jair Bolsonaro (PL)

O que motivou a proposta?

O governo Bolsonaro precisava enviara proposta de Orçamento de 2022 e queria ampliar os gastos sociais em ano eleitoral, mas um "meteoro" de R\$ 89 bilhões em dívidas judiciais, como chamou o então ministro Paulo Guedes, ocupou o espaço que estava disponível

A criação do limite buscava liberar verbas para atender aos desejos de Bolsonaro

A regra vale por quanto tempo?

O primeiro ano de vigência foi 2022, quando o governo adiou R\$ 21,9 bilhões em dívidas judiciais

A emenda constitucional diz que o limite vale até o fim de 2026

O que acontece em 2027, quando termina o prazo?

O Tesouro alerta para o risco de uma bomba de R\$ 200 bilhões em precatórios acumulados a serem pagos pela União em 2027

Para fazer frente a essa despesa, o órgão adotou como premissa em seus cenários fiscais a exclusão do gasto dos limites do novo arcabouço fiscal

O que o governo estuda agora?

O Ministério da Fazenda discute uma mudança na Constituição para classificar parte dos precatórios como despesas financeiras (categoria ligada ao serviço da dívida pública)

A PEC deixaria o gasto fora do alcance do arcabouço e da meta de resultado primário (que desconsidera despesas com juros da dívida), embora continue afetando o quadro fiscal ao impulsionar o endividamento do país

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50364&maxTouch=0&anchor=6481385&pd=beea1b75bd0f67fa842dc0247ffe8295>

FGV vai propor bioeconomia no cálculo das contas nacionais

Conjuntura Marcelo Beledeli Para o Valor, de São Paulo

O Observatório de Bioeconomia da Fundação Getúlio Vargas (OCBIO-FGV) vai apresentar hoje ao governo federal um estudo em que propõe a inclusão do "**PIB** da bioeconomia" no cálculo das contas nacionais. O projeto poderia colocar o Brasil entre os primeiros países a mensurar adequadamente o "fator verde" na economia.

Segundo o coordenador do observatório, Daniel Vargas, o atual cálculo do **PIB** não fornece uma medida adequada para avaliar fatores como a dimensão econômica dos ativos ambientais brasileiros e a renda que eles geram. "Nem vícios nem benefícios ambientais são computados no **PIB** tradicional. Se uma indústria compra um plástico para embalar o seu produto e esse plástico tem algum impacto ambiental, o **PIB** não reconhece o efeito econômico que essa poluição pode ter", explica. "O **PIB** tem um número, que é o preço do plástico, mas não a relação entre esse plástico e a natureza".

Já os produtos que o Brasil exporta, continua Vargas, embutem uma série de serviços ambientais que igualmente não entram nas contas. "Se um produtor rural tem 50% da sua propriedade preservada, ele entrega para o consumidor um serviço ambiental embutido em seus produtos. E esse serviço também não está contabilizado no **PIB**", complementa.

O estudo propõe o desenvolvimento da Conta Nacional de Bioeconomia (CNBio), que seria desenvolvida pela integração de contas econômicas e ambientais.

Essa integração ocorreria a partir do uso das chamadas "contas-satélite", ou "contas temáticas", extensões do Sistema de Contas Nacionais (SCN) que permitem ampliar a capacidade de análise para campos além da economia.

"Já existem contas temáticas para água, energia e terra, mas, no caso brasileiro, os dados e os espaços de atuação dessas contas são muito limitados", diz.

De início, os dados sobre a bioeconomia não seriam incluídos no cálculo tradicional do **PIB**, que obedece a um conjunto de padrões internacionais que permite a comparação do funcionamento das economias dos

vários países. Ainda assim, essa seria uma possibilidade para o futuro.

"Como essa fusão vai ocorrer é uma questão em aberto. Não estamos preocupados com a "linha de chegada", mas em como exatamente vai se dar, em um momento futuro, a fusão das contabilidades ambiental e tradicional. O principal foco agora é mostrar o caminho e como o Brasil pode formar uma estrutura que nos permita incorporar, na nossa visualização da atividade econômica, esses preços ambientais", afirma Vargas.

O Observatório de Bioeconomia da FGV já avançou uma etapa nesse processo ao desenvolver o **PIB** da Bioeconomia, que mapeia atividades "bioeconômicas" dentro das contas nacionais. Vargas acredita que o Brasil tem condições de ser pioneiro na criação da "conta da bioeconomia", o que poderia gerar ganhos de mercado ao país.

Segundo ele, existe hoje no mundo uma "corrida" entre três modelos de desenvolvimento e mensuração da bioeconomia: o da Europa, que investe seus esforços em biorrecursos, o da China, que centra seu foco em biotecnologia, e o dos Estados Unidos, que fica no meio do caminho entre os projetos europeu e chinês. "Quem fizer isso primeiro pode criar o padrão que serviria de referência internacional para a contabilidade da bioeconomia", destaca.

Em março deste ano, o Bureau de Análise Econômica dos EUA (BEA, na sigla em inglês) publicou um relatório que discutiu a viabilidade de medir a bioeconomia no país a partir da criação de uma conta satélite de bioeconomia.

Esse estudo foi feito a pedido do presidente americano, Joe Biden, em ordem executiva assinada em setembro de 2022.

"O Brasil pode ser pioneiro na mensuração do "fator verde na economia" Daniel Vargas

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187627>

"Reformas estão andando e Haddad está fazendo trabalho importante"

Mônica Scaramuzzo e Fernanda Guimarães De São Paulo

Se tivesse apostado, José Berenguer, presidente do Banco XP, teria ganhado o "bolão da firma". O executivo acreditava no corte de 0,5 ponto percentual na taxa básica de juros do mercado, a Selic, anunciado na semana passada. "O Caio [Megale, economista-chefe da XP Investimentos] previa queda 0,25. O Banco Central deu uma ótima sinalização.

Eu vejo maior espaço para queda até o fim do ano do que o mercado tem precificado", diz Berenguer, que acumula interinamente o comando do banco de investimento após o desligamento de Pedro Mesquita, anunciado na segunda-feira.

Para o executivo, a combinação de **inflação** baixa, queda da taxa básica de juros e agenda de reformas deverá estimular o crescimento da economia. "Até há poucos meses, a gente passou por uma preocupação com a atividade econômica que se materializou.

Se tirar o que aconteceu com o agronegócio, direta ou indiretamente, a economia andou de lado. A gente ainda não tem uma sensação de crescimento", diz. Outro sinal positivo, segundo ele, foi o voto de minerva, na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) ter vindo exatamente de Roberto Campos Neto, o presidente do BC.

Berenguer, que antes de chegar à XP comandou por sete anos a franquia do J.P. Morgan no Brasil, vê o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), com bom trânsito no Congresso para conduzir as reformas, que incluem temas "muito caros" à Faria Lima, como a tributação sobre fundos fechados, dividendos e dinheiro "offshore", que não agendas populares nem novas.

"A gente sabe que vai ser tarefa muito dura. Vai ter de mexer em subsídios e setores que recebem incentivos. As reformas estão andando e Haddad está fazendo um trabalho importante, com uma postura serena de aparar as tensões dentro do seu partido e tem sido um ponto de equilíbrio muito forte." Para Berenguer, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem dado apoio ao ministro da Fazenda e isso é importante para construir a retomada do crescimento da economia. "O que me surpreendeu em Haddad foi sua postura de não cair

em provocações e de colocar uma meta ambiciosa de que o Brasil volte a ser investment grade. É difícil, mas é preciso colocar essas metas. Se ele conseguir controlar despesa, aumentar arrecadação, teremos uma evolução muito importante, com ele sendo o fiador de uma política econômica estável." O risco, de acordo com o executivo, é o Brasil não corresponder e a retomada da atividade estancar ou cair e, com isso, comprometer o ajuste fiscal. "Estou otimista. Vai ter espaço para cortar despesas, mas sabemos que vai ter de aumentar os gastos para uma população que está desassistida para educação, por exemplo. Isso é um investimento de longo prazo e tem de ser feito. Se por algum motivo, o crescimento não vier, teremos um problema de cunho fiscal." Na XP desde 2020, Berenguer também vai usar sua experiência de 38 anos no mercado financeiro - ele disse que começou a trabalhar cedo - para trazer mais negócios para a sede da companhia.

Com a saída de Pedro Mesquita, que ajudou a montar a área de banco de investimento da XP do zero, o executivo já tem voltando a usar terno e gravata, que nem juntaram tanta poeira no armário. E esse, como já de costume em sua jornada no mercado financeiro, é seu uniforme nas conversas com empresários tradicionais e clientes.

"Nada contra o coletinho. Na semana passada, tive de usar paletó e gravata para conversar com investidores árabes. A gente se adapta ao gosto do freguês", afirma, fazendo referência ao colete que se tornou uma marca da XP.

Na entrevista concedida ao Valor na segunda-feira, Berenguer usava um terno alinhado, sapato social, mas deixou a gravata de lado.

Por enquanto. "Vou "treidar" [neologismo do mercado financeiro para o verbo em inglês trade, ou negociar] as minhas gravatas com a nova geração", brinca.

Com larga experiência no mercado financeiro, a "senioridade" de Berenguer pode trazer operações grandes para a mesa da XP.

Ainda não há nomes para o comando do banco de investimento que vai ser decidido mais à frente. "Nosso IB [na sigla em inglês] está montado. Vou ficar como interino para não mexer mais neste momento.

Temos uma equipe ótima, sobretudo na área de fusões e aquisições." O que o executivo quer evitar é mexer na equipe em um momento de retomada, algo que já se nota no número de transação de mercado de capitais ao longo das últimas semanas.

Ele reforça que a XP é muito forte na originação - com 14 mil agentes autônomos - e esse fator é o principal diferencial entre os bancos de investimentos na Faria Lima. "Ainda não estamos nos grandes M As [fusões e aquisições, na sigla em inglês], mas posso ajudar o time para se posicionar para transações maiores." E a retomada do mercado de capitais será um caminho importante para crescer. "Veremos muitas operações de "follow-ons" [oferta subsequente de ações] até o fim deste ano. E pode cravar: veremos também lançamento de oferta [IPO]. Quer dizer, teremos IPO, se não houver nenhuma zebra", diz.

Ao afirmar que a bolsa brasileira terá sim alguma estreia ainda em 2023, Berenguer faz o que muito banqueiro de investimento tem evitado: na roda de apostas, a concentração de retomada está em 2024. No entanto, o executivo da XP reforça e diz que há muito tempo não se sente tão otimista.

Sobre as ofertas subsequentes, ele enxerga um ritmo forte até o dezembro, com empresas já listadas acessando o mercado para colocar dinheiro no caixa para investir rumo ao crescimento, mas ainda haverá uma dinâmica de companhias buscando ajuste de balanço.

"Com isso, a empresa pode entrar em um círculo virtuoso." Berenguer aponta que o IB da XP tem forte experiência em dívidas, tanto em operações de menor porte, quanto nas maiores do mercado, algo que tem ajudado a casa a ocupar as primeiras posições dos rankings de renda fixa.

"Fizemos recentemente operações bilionárias, como a da Aegea e Iguá. Além disso, temos uma ótima penetração no agronegócio.

Acompanhamos muitas empresas que faziam operações pequenas, mas essas companhias, agora bem estruturadas, podem se preparar para transações grandes. É a nossa aposta." Com a retomada do crédito - que teve uma piora no segundo semestre de 2022 e estancou no início do ano, com o caso da Americanas -, Berenguer vê as operações voltando até o fim do ano. "Não sei se volta 100%, mas está retomando.

Há muita oferta de dívida."

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187627>

Congresso avalia fundo eleitoral recorde para 2024

O Congresso articula aumentar o valor do fundo eleitoral do ano que vem, quando os partidos vão disputar prefeituras em todo o país. A ideia dos parlamentares é prever volume maior de recursos para as campanhas no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), relatado pelo deputado federal Danilo Forte (União Brasil-CE) e que pode ser votado pelos deputados e senadores até o fim deste mês.

O valor do Fundo Especial de Financiamento de Campanha em 2022 foi de R\$ 4,9 bilhões, um recorde. No PLDO enviado ao Legislativo, o Ministério da Fazenda incluiu uma trava para que o montante não passe disso. No dispositivo criado pela equipe econômica, a verba só pode exceder esse limite se for custeada por emendas de bancada estadual, mas a alternativa é rechaçada pelos parlamentares.

O fundo eleitoral, também conhecido como "fundão", foi inclu-

ído na reforma eleitoral aprovada em 2017 pelo Congresso e entrou em vigor na eleição seguinte, em 2018.

O movimento ocorreu depois de o Supremo Tribunal Federal (STF) proibir, em 2015, o financiamento empresarial das campanhas, que havia resultado em diversos casos de corrupção revelados pela Operação Lava-Jato.

- Acho que deveria ao menos corrigir pela **inflação** acumulada - afirmou o presidente nacional do Republicanos, Marcos Pereira, que também é o primeiro vice-presidente da Câmara

Alternativa

Os recursos do fundo são usados para custear as despesas das campanhas dos candidatos nas eleições que ocorrem de dois em dois anos no país.

Opção que circula nos bastidores é reduzir o montante do

Fundo Partidário para turbinar as verbas para as campanhas eleitorais. Técnicos do orçamento, contudo, avaliam que essa alternativa é de difícil execução porque há um piso de verbas para o Fundo

Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos e, dificilmente, o governo destinaria recursos para além desse piso, o que inviabilizaria o corte.

De acordo com Danilo Forte, o valor quantitativo do fundo ainda vai ser discutido.

- O fundo eleitoral é o fundo da democracia Sempre defendi o financiamento privado de campanhas, mas a opção foi pelo fundo público. Então, há que se arcar com as consequências. Em um país com dimensões continentais, tem de haver recursos para que as campanhas tenham equidade - afirmou o deputado.

Ele defendeu ainda que é preciso transparência e uma fiscalização maior sobre o uso das verbas.

Site: <http://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/zh/>

Congresso quer Fundão recorde para eleições municipais

O Congresso articula aumentar o valor do fundo eleitoral do ano que vem, quando os partidos vão disputar prefeituras em todo o País. A ideia dos parlamentares é prever um volume maior de recursos para as campanhas no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), relatado pelo deputado Danilo Forte (União Brasil-CE) e que pode ser votado pelos deputados e senadores até o fim deste mês.

O valor do Fundo Especial de Financiamento de Campanha em 2022 foi de R\$ 4,9 bilhões, um recorde. No PLDO enviado ao Legislativo, o Ministério da Fazenda incluiu uma trava para que o montante não passe disso.

No dispositivo criado pela equipe econômica, a verba só pode exceder esse limite se for custeada por emendas de bancada estadual, mas essa alternativa é rechaçada pelos parlamentares.

O Fundo Eleitoral, também conhecido como "Fundão", foi incluído na reforma eleitoral aprovada em 2017 pelo Congresso e entrou em vigor na eleição seguinte, em 2018.

O movimento ocorreu após o Supremo Tribunal Federal (STF) proibir, em 2015, o financiamento privado das campanhas, que havia resultado em diversos casos de corrupção revelados pela Operação Lava Jato. "Acho que deveria ao menos corrigir pela **inflação** acumulada", afirmou ao Broadcast Político, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, o presidente nacional do Republicanos, Marcos Pereira, que também é o primeiro vice-presidente da Câmara. Os recursos do fundo são usados para custear as despesas das campanhas dos candidatos nas eleições que ocorrem de dois em dois anos no País.

Outra opção que circula nos bastidores é reduzir o montante do Fundo Partidário para turbinar as verbas para as campanhas eleitorais. Técnicos do Orçamento, contudo, avaliam que essa alternativa é de difícil execução porque há um piso de verbas para o Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos e, dificilmente, o governo destinaria recursos para além desse piso, o que inviabilizaria o corte.

De acordo com Danilo Forte, o valor quantitativo do fundo ainda vai ser discutido. "O Fundo eleitoral é o

fundo da democracia. Eu sempre defendi o financiamento privado de campanhas, mas a opção foi pelo fundo público.

Então, há que se arcar com as consequências. Num País com dimensões continentais, tem que haver recursos para que as campanhas tenham equidade", afirmou o deputado à reportagem.

Forte defendeu ainda que é preciso transparência e uma fiscalização maior sobre o uso das verbas.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login&edicao=129746#page/1>

Número de famílias endividadas cai graças ao programa "Desenrola"

IGOR WILSON

O número de famílias endividadas no Brasil diminuiu.

Um recuo ainda tímido, mas considerado relevante por ser o primeiro desde novembro de 2022. A proporção de famílias endividadas no país saiu de 78,5% em junho para 78,1% em julho, queda de 0,4 ponto percentual. Os dados são da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, divulgados pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Os especialistas da CNC atribuem a diminuição do número de famílias endividadas à execução do 'Programa Desenrola', criado em julho pelo governo federal com o objetivo de renegociação de dívidas bancárias de pessoas com renda entre R\$ 2,6 mil e R\$ 20 mil.

No Pará, onde o percentual de famílias endividadas foi de 67,3% em março, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), produzida pela Federação do Comércio do Pará (Fecomércio-PA), ainda não há como notar a diferença, mas há esperança.

"Apesar de ter sido uma queda aparentemente pequena, é um resultado extremamente expressivo, que mostra que o programa Desenrola, do governo federal, está conseguido mitigar os efeitos desse endividamento das famílias brasileiras.

Essa queda acompanha também o ritmo da **inflação**. Então você tem um efeito positivo, porque o número de famílias endividadas cai, a **inflação** também, e com isso você tem uma sobra de renda para que essas famílias possam efetuar novos gastos", diz o economista André Cutrim, professor da UFPA e doutor em Desenvolvimento Econômico.

GRUPOS A pesquisa mostra que o endividamento atinge famílias ricas e pobres.

No grupo com renda familiar de três a cinco salários mínimos mensais, a fatia de endividados caiu 0,7 ponto percentual, passando de 79,3% em junho para 78,6% em julho, menor nível desde junho de 2022. Na faixa de renda de cinco a dez salários mínimos mensais, também houve queda de 0,7 ponto

percentual na proporção de endividados, que recuou de 78,1% em junho para 77,4% em junho, a menor desde janeiro deste ano.

No grupo mais rico, que recebe mais de dez salários mínimos mensais, a proporção de endividados foi considerada estável, ficando em 74,9%. Já entre os mais pobres, com renda familiar até três salários mínimos, a fatia de endividados cresceu 0,2 ponto percentual, de 79,2% em junho para 79,4% em julho.

A expectativa é que o número de famílias endividadas apresente uma redução maior quando o programa do governo federal chegar aos consumidores com uma faixa de renda de até dois salários mínimos, ou seja, a maioria dos brasileiros.

"Os consumidores com até 2 salários mínimos com CPF negativado por conta de dívidas de até R\$ 5 mil são o público priorizado pelo Desenrola, mas a operação do programa para esse grupo começa somente em setembro", ponderou a nota da CNC.

Segundo André Cutrim, quando o Desenrola chegar ao público com renda de até dois salários mínimos, o número de famílias endividadas apresentará uma redução ainda mais significativa. "A tendência é de haver algo mais favorável até o mês de outubro, quando esse número certamente irá cair ainda mais. Isso mostra que as políticas governamentais são importantes para mitigar os efeitos do endividamento no nosso país", completou.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login&edicao=129746#page/1>

Sonegação fiscal do mercado ilegal de bebidas chega a R\$ 45 bi

Uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Combate à Falsificação (ABCF) mostra a crescente ameaça representada pelo mercado ilegal de bebidas alcoólicas no Brasil. O impacto do mercado ilegal existente no setor pode alcançar R\$ 45 bilhões.

O estudo analisou o período de 2016 a 2022 e aponta para uma série de fatores que contribuem para o crescimento exponencial desse setor clandestino, com proporções que têm impactado tanto a economia quanto a saúde pública.

A pesquisa revelou ainda um aumento preocupante no volume ilícito de bebidas, que saltou de 2 bilhões de litros em 2016 para 5,3 bilhões de litros em

2022. A **inflação** e o consumo de bebidas de maior valor agregado impulsionaram o mercado ilícito em termos de valor e, conseqüentemente, a perda fiscal.

O cenário de crescimento pós-pandemia foi outro ponto analisado pela ABCF. Embora o mercado global de bebidas alcoólicas tenha sofrido um declínio nas vendas durante a pandemia, houve recuperação em 2021, com o Brasil seguindo um padrão semelhante. As vendas no mercado interno deverão crescer a partir de

2023, conforme a previsão de crescimento médio anual, estimada em 5,4% até 2025.

Site:

<https://www.bemparana.com.br/jornaldoestado/impresso>

Governo deve conceder maior incentivo fiscal a carro menos poluente

Nathalia Garcia e Marianna Holanda

O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve dar maior incentivo fiscal a carros menos poluentes na nova fase do Rota 2030, programa lançado na gestão Michel **Temer** (MDB) que tem como justificativa estimular investimentos no setor automotivo.

A ideia dessa nova etapa, que tem anúncio previsto para este mês, é fazer um escalonamento dos benefícios concedidos de acordo com o nível de emissão de carbono dos veículos. Além disso, também será considerada a capacidade de reciclagem dos materiais de cada modelo.

A segunda fase do programa deve se estender até 2028. Agora, o governo pretende fazer um rastreamento da cadeia completa de carbono por meio de uma metodologia -chamada nas discussões de "do poço à roda"-, por meio da qual são calculadas as emissões desde a origem do combustível. Se o veículo for movido a etanol, por exemplo, a conta começa já na produção da cana-de-açúcar.

Hoje, esse cálculo é feito "do tanque à roda" - considerando as emissões associadas apenas ao uso do veículo em função de cada tipo de combustível

"Quando a gente incorpora "do poço à roda", a gente está preocupado em entender qual é a rota tecnológica que promove um caminho de descarbonização mais rápido e mais eficiente", afirma o secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços, Uallace Moreira.

Segundo ele, o governo não defende uma tecnologia específica e caberá às empresas identificar qual é a melhor estratégia de mercado para cada uma delas seja apostar em carros elétricos, híbridos ou movidos a etanol, por exemplo.

Até mesmo porque, diz o secretário, ainda não há consenso sobre qual modelo seria menos poluente. Em meio à "guerra" entre carros elétricos e híbridos, diversos estudos sobre sustentabilidade veicular estão sendo conduzidos pelo setor automotivo.

O secretário do Mdic diz também que ainda não foi batido o martelo sobre o tamanho dos degraus na escala dos incentivos fiscais que serão concedidos

para carros menos poluentes.

As mudanças foram desenhadas em parceria com diversos ministérios, incluindo o do Meio Ambiente, e fazem parte do pacote de transição energética da chamada "agenda verde".

O governo quer também incentivar que as montadoras deem mais atenção à reciclabilidade dos veículos produzidos, ou seja, avaliemos componentes usados na fabricação dos automóveis e a capacidade de reuso de materiais ao longo do processo. Ainda está em discussão, contudo, de que forma esse modelo de economia circular seria contemplado no pacote.

Lançado em 2018, o programa Rota 2030 passou a oferecer incentivos fiscais para montadoras com o discurso de estimular investimentos em pesquisa e desenvolvimento de produtos e tecnologia s do setor auto motivo. Ele substituiu o Inovar-Auto, que vigorou entre 2013 e 2017.

Na primeira etapa do plano, já havia uma previsão de reduzir IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para veículos híbridos e elétricos, mas essa não era o foco principal da iniciativa naquele momento. A ideia era incentivar, sobretudo, investimento em pesquisa.

Pelo desenho original do programa, as montadoras de veículos poderiam abater de 10,2% a 12% do valor que investissem em pesquisa e desenvolvimento no pagamento de **impostos** sobre a renda. O regime previa a concessão de até R\$ 1,5 bilhão por ano de crédito tributário à indústria, caso as montadoras participantes do Rota 2030 investissem ao menos R\$ 5 bilhões ao ano em inovação.

Agora, na nova fase, o governo pretende explorar diferentes instrumentos para promover a descarbonização do Brasil e, ao mesmo tempo, diminuir a dependência das montadoras ao mercado interno, incentivando uma maior inserção internacional.

O lançamento da nova etapa do Rota 2030 deve ser feito ainda neste mês pelo Mdic, hoje comandado por Geraldo Alckmin (PSB). O Planalto enfrenta pressão de partidos do eentrão para incluir a pasta na **reforma ministerial**, mas o vice-presidente tem dado sinais de que quer permanecer à frente do ministério.

Rota 2030 O que é

Programa lançado em 2018, no governo **Temer**, para oferecer incentivos fiscais às montadoras com o discurso de estimular investimentos em pesquisa e desenvolvimento de produtos e tecnologias. Substituiu o Inovar-Auto

O que está previsto para a nova fase

Escalonamento dos benefícios concedidos de acordo com o nível de emissão de carbono dos veículos

Considerar a capacidade de reciclagem dos materiais de cada modelo

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50364&maxTouch=0&anchor=6481385&pd=beea1b75bd0f67fa842dc0247ffe8295>